

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS CURSO
DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ÁLISSON RODRIGUES MARTINS

**ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DA COVID-19 NA ECONOMIA E NA POLÍTICA
EXTERNA DOS PAÍSES DO BRICS**

Porto Alegre
2021

ÁLISSON RODRIGUES MARTINS

**ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DA COVID-19 NA ECONOMIA E NA POLÍTICA
EXTERNA DOS PAÍSES DO BRICS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Dra Jacqueline A. Haffner

Porto Alegre
2021

CIP - Catalogação na Publicação

Martins, Álisson Rodrigues

ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DA COVID-19 NA ECONOMIA E
NA POLÍTICA EXTERNA DOS PAÍSES DO BRICS / Álisson
Rodrigues Martins. -- 2021.

65 f.

Orientadora: Jacqueline Haffner.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Covid19. 2. BRICS. 3. Política Externa. 4. PIB.
I. Haffner, Jacqueline, orient. II. Título.

ÁLISSON RODRIGUES MARTINS

**ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DA COVID-19 NA ECONOMIA E NA POLÍTICA
EXTERNA DOS PAÍSES DO BRICS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Jacqueline A. Haffner – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Andrés Ferrari
UFRGS

Prof. Dr. Marcel Jaroski
UNIPAMPA

Em homenagem a todas as vítimas da COVID19

AGRADECIMENTOS

A professora Jacqueline A. Haffner que por sua compreensão e orientação especializada em Política Externa do BRICS e economia profissionalizaram este trabalho.

E a Manoella Treis, que sem a sua presença na minha vida este trabalho não seria possível. Minha eterna gratidão pela sua compreensão, carinho, inspiração, experiência, mentoria acadêmica e apoio.

Treino é Treino, jogo é jogo. O treino é a campanha, o jogo começa agora.

*José Serra, ex ministro de Relações Exteriores.
Que em julho de 2016, Serra disse que a vitória de Trump seria “um pesadelo”.*

RESUMO

Este trabalho buscou estudar as medidas de restrição da pandemia do Covid-19 e posteriormente os efeitos dos pacotes de estímulo dos países conjuntamente com uma descrição sobre as ações de política externa dos países do BRICS e da própria entidade BRICS. Também buscou-se identificar as mudanças que ocorreram nos cenários econômicos através de análises sobre a porcentagem de investimento dos pacotes de estímulo sobre o PIB, aumento da taxa de desemprego e resultados dos balanços de pagamentos comparando com o resultado do crescimento do PIB ao final de 2020, para, com uma análise qualitativa sobre as ações de estímulo e ações de Política Externa, fazer uma análise comparativa sobre os diferentes países do bloco. Procurou-se responder o porquê do desinteresse dos países do BRICS e da própria instituição em propor ações e cooperação no combate a pandemia. O resultado positivo e negativo sobre as ações de expansão de crédito, transferência de renda, isenção fiscal e investimentos diretos, são apresentados nesta monografia, para concluir que, dado o isolamento internacional, as razões que levaram os países do BRICS a se fecharem em ações de cooperação do combate à pandemia e estímulos econômicos foram várias: falta de interesse político, escassez de recursos e poder diplomático.

ABSTRACT

This work seeks to study the restrictive measures that took place in the COVID-19 pandemic and posteriorly the effects of the stimulus packages in the countries with a simultaneously description of the foreign policy actions of the BRICS countries and the BRICS self-institution. Also, the study tried to identify the changes that occur in the economic scenarios through an analysis of the percentage of the stimulus package over the GDP, increase over the unemployment rate, outcome of the balance of payment all comparing with the result of the growth of the GDP, by the end of 2020, to create a qualitative analysis over the actions of the stimulus packages and consequently over the actions of foreign policy to, ultimately, make a comparative analysis over the actions and results in the different countries that compose the BRICS. The work tried to answer why the lack of interest of the BRICS countries and the institution itself in proposing actions and cooperation in combating the pandemic. The positive and negative resolves of the actions over the credit expansion, income transfer, tax exemption and direct investment, are presented in this monograph to conclude that, given the international isolation, the reasons that led the BRICS countries to close themselves in shares of cooperation in combating the pandemic and economic stimulus where several, mainly: lack of political interest, scarcity of resources and diplomatic power.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto do BRICS 2015 a 2021.....	23
Gráfico 2 – Produto Interno Bruto do BRICS 2015 a 2021, (em %)	24
Gráfico 3 - Balanço de Pagamentos BRICS 2015 a 2021.....	25
Gráfico 4 - Taxa de Desemprego BRICS 2015 a 2021 (em %)	27
Gráfico 5 – Produto Interno Bruto da China, 2015 a 2021.....	35
Gráfico 6 – Taxa de Desemprego da China, 2015 a 2021 (em %)	37
Gráfico 7 – Balanço de Pagamentos da China, 2015 a 2021.....	38
Gráfico 8 – Produto Interno Bruto da Rússia, 2015 a 2021.....	39
Gráfico 9 – Balanço de Pagamentos da Rússia, 2015 a 2021.....	40
Gráfico 10 - Produto Interno Bruto da Índia, 2015 a 2021.....	43
Gráfico 11 - Balanço de Pagamentos da Índia, 2015 a 2021.....	44
Gráfico 12 - Produto Interno Bruto do Brasil, 2015 a 2021.....	49
Gráfico 13 - Balanço de Pagamentos do Brasil, 2015 a 2021.....	50
Gráfico 14 - Produto Interno Bruto da África do Sul, 2015 a 2021.....	54
Gráfico 15 - Balanço de Pagamentos da África do Sul 2015 a 2021.....	55

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DOS BRICS	15
2.1 POLÍTICA EXTERNA DO BRICS	17
2.1.1 Cooperação do BRICS na área da saúde	21
2.1.2 Banco dos BRICS	22
2.2 EVOLUÇÃO DO BRICS EM TERMOS PIB E COMÉRCIO	22
2.2.1 Produto Interno Bruto	23
2.2.2 Balanço de Pagamentos	24
2.2.3 Taxa de Desemprego	26
3. ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA BRICS 2020	28
3.1 AÇÕES DO BRICS EM CONJUNTO PARA PANDEMIA	28
3.2 AÇÕES DO BANCO DOS BRICS PARA COMBATE DA PANDEMIA	29
3.3 AÇÕES DE GOVERNO DE CADA PAÍS PARA COMBATE DA PANDEMIA	30
4. ANÁLISE INDICADORES MACROECONÔMICOS FRENTE À PANDEMIA (PIB E BALANÇO DE PAGAMENTOS)	34
4.1 CHINA	34
4.2 RÚSSIA	39
4.4 BRASIL	47
4.5 ÁFRICA DO SUL	52
4.6 BREVE ANÁLISE COMPARADA DO BRICS	57
5. CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS	62

1. INTRODUÇÃO

A importância do BRICS como ferramenta de Soft Power para a Política Externa Brasileira é inegável. A força de um bloco de países emergentes com características de perspectivas acentuadas de crescimento acelerado, grandes proporções populacionais e territoriais, assim como papel de influenciador sub-regional são motivos de grande atenção e preocupação mundial.

Sem sombra de dúvidas, crises mundiais como a de 2008, catalisadoras do fortalecimento do bloco, e mais recentemente a pandemia do COVID são eventos extremamente relevantes para a ordem política internacional e econômica, com grandes impactos para o Brasil, assim como outros países que formam o bloco BRICS, e por isso, a relevância de compilar em um trabalho de análise o impacto da crise do COVID-19, suas respectivas ações de sustentação econômica e alívio econômico, assim como seus subseqüentes resultados sobre o Produto Interno Bruto dos países do bloco em 2020.

A escolha do BRICS como ator de política externa para análise se mantém relevante dado não só o fato de ser um dos blocos mais importantes do Brasil internacionalmente - representado por diferentes potências regionais -, mas também responsáveis por 42% da população mundial e 25% do PIB mundial, o que possibilita uma análise de impacto econômico e de diferentes ações de política externa sobre diferentes potências regionais com capacidades e recursos contrastantes, culturalmente e geograficamente muito diferentes, mas que estão inseridas em um bloco relevante e com mecanismos internacionais importantes, como é o BRICS.

Temporalmente o primeiro caso de COVID-19 foi registrado na China em dezembro de 2019, e cabe ressaltar que o seu contágio é rápido, por isso, o vírus no início de 2020 já estava presente em diversos países do mundo. Nos países do BRICS não foi diferente. A única certeza, após as medidas e políticas desenvolvidas de enfrentamento ao Covid-19, são as consequências no sistema econômico e na política externa dos países. Neste sentido, esse estudo busca analisar o cenário macroeconômico e da política externa dos países do BRICS em meio ao covid-19, com um foco também sobre as próprias ações do bloco, se existentes ou não, pois a pandemia tem demonstrado um impacto profundo na economia mundial, possibilitando a articulação entre países como alternativa para enfrentar o vírus e de recuperar a economia, de acordo com Buss (2020).

O principal foco deste estudo apresenta-se então na análise principal do contexto macroeconômico e na política externa dos países do BRICS, para isso, procura-se analisar a evolução dos indicadores: PIB - Produto Interno Bruto; e BP - Balanço de Pagamentos. Levando em consideração o contexto macroeconômico do período anterior à pandemia (2016 - 2019) e o período de pandemia no ano de 2020. E o cenário da política externa dos países do BRICS no ano de 2020, considerando o ano em que ocorre a disseminação do vírus.

Esse trabalho não tratará dos impactos da pandemia em si, nem sobre a satisfação ou a opinião da população sobre o tema, e também não abordará sobre demais indicadores macroeconômicos. Apesar de se acreditar na relevância desses, e da compreensão de que são importantes, outros indicadores e o impacto geral da pandemia - não se abordada dada à capacidade limitada de tratar este assunto nesta pesquisa.

De modo geral, objetiva-se, com essa pesquisa, identificar as mudanças geradas no cenário macroeconômico e da política externa em países do BRICS, tendo como contexto uma pandemia. Esse estudo tem como foco os dados oficiais disponibilizados pelos países ao longo dos anos de 2016 a 2020. Conseqüentemente, há a possibilidade de algumas inferências de possíveis impactos que a pandemia acarretou para os países, porém, cabe ressaltar que essas serão deduções e possíveis notas iniciais para o desenvolvimento de uma pesquisa posterior que poderá ser realizada, olhando para o impacto da pandemia no cenário elegido para o estudo. Pode-se levantar a seguinte questão como principal pergunta de pesquisa: Quais as mudanças que ocorreram na política externa e na macroeconomia dos países do BRICS com a pandemia da Covid-19?

Espera-se, portanto, como objetivo principal de pesquisa, fazer um levantamento político e econômico que possa servir como fonte para análise e revisão do cenário dos países do BRICS em contexto da Covid-19.

Para responder à questão desse estudo, se obtém os seguintes objetivos específicos:

- Mapear os dados macroeconômicos dos BRICS no período de 2016 a 2020;
- Descrever a política externa dos países do BRICS no ano de 2020;
- Identificar as mudanças que ocorreram nos dados macroeconômicos e nas diretrizes da política externa do BRICS;
- Apresentar as mudanças e possíveis impactos que elas proporcionam.

Optou-se pela análise de dados secundários com caráter quantitativo, proporcionando, assim, uma discussão qualitativa sobre as mudanças e possíveis impactos que a Covid-19 nos

países do BRICS. Considerando um caráter descritivo a esse estudo, que consiste na tentativa de descrever a razão e efeitos econômicos.

A hipótese associada a esta é que os países do BRICS não tiveram como bloco ações contundentes de compartilhamento de recursos ou parcerias de ações diante da pandemia.

A escolha do bloco econômico do BRICS se dá também tendo em vista que a Covid-19 começou na China. O Brasil, tendo em vista os entraves e discussões da pandemia no país. A Rússia devido ao seu contexto do desenvolvimento de uma vacina, assim como, a China e a Índia. Ou seja, como o BRICS reúne esses países em um contexto de cooperação, se justifica a escolha. Portanto, se faz necessário um breve levantamento histórico da formação do BRICS, suas relações e o contexto pelo qual gerou a cooperação entre os países. Assim como, apresentar sua política externa e possibilidades dessa. Por fim, busca-se apresentar os dados macroeconômicos ao longo de 2015 a 2020, para possibilitar a análise de mudanças, conjuntura e das relações internacionais, respondendo às perguntas de pesquisa. Ainda convém mencionar que este estudo não pretende ser exaustivo quanto à incorporação de um amplo conjunto de medidas governamentais que potencialmente possam contribuir para contrapor os efeitos econômicos contracionistas ligados à pandemia.

Esta monografia está composta por quatro capítulos e a conclusão. O primeiro capítulo é introdutório.

No segundo capítulo será apresentado o histórico e evolução do BRICS, abordando também sua política externa e sua evolução em termos PIB e comércio.

No terceiro capítulo abordaremos as ações conjuntas do BRICS diante da pandemia, como as ações do seu banco e as ações de cada um dos países para enfrentamento da pandemia. No quarto capítulo analisaremos os indicadores macroeconômicos (PIB e Balanço de Pagamentos) no contexto da pandemia e diante das ações internas dos países.

Por fim, apresentaremos as conclusões desse estudo.

2. HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DOS BRICS

O termo BRIC foi criado pelo economista Jim O’Neill, economista-chefe do Goldman Sachs, em 2001, para referir-se aos quatro países que na época apresentaram as maiores taxas de crescimento econômico até 2050. Foi realizada uma análise de crescimento econômico no mundo, que constatou que para os próximos cinquenta anos, o Brasil, Rússia, Índia e China, eram os que mais se destacavam, podendo então, nas próximas décadas, chegarem ao topo da lista de maiores economias do mundo (FONSECA JR, 2013). Posteriormente foi chamado de BRICS, com a entrada da África do Sul no bloco.

O BRICS se tornou de fato existente na medida em que ocorreu o esforço diplomático e iniciativas comerciais. Boa parte de sua existência, foi vista como uma união comercial formada por países com situações econômicas e índices de desenvolvimento semelhantes e cuja união visava à cooperação para alavancar suas economias em escala global (SILVA, 2019).

Segundo Baumann (2015) cabe ressaltar as diferentes características de cada um dos países do BRICS: a China se caracteriza como uma das maiores potências econômicas; à Rússia é reconhecida por seu peso na questão securitária; a Índia, em função do grande crescimento demográfico; a África do Sul é defensora dos interesses do continente africano; e, o Brasil, é um ator nas discussões multilaterais sobre desenvolvimento sustentável e participação das economias emergentes no comércio internacional.

Na sua composição inicial o BRICS possui suas semelhanças e diferenças, cabe ressaltar que em quesito demográfico, é composto por dois países mais populosos do planeta, a China e a Índia. Possui diferenças territoriais e se diferem diante de recursos naturais, graus de industrialização e capacidade de impacto na economia mundial¹. Cabe colocar que as diferenças entre os cinco membros dos BRICS são evidentes, principalmente no seu interesse externo. É justamente em função dessa perspectiva, que surgem dúvidas² se de fato a coalizão seria positiva para todos e se teria capacidade de remodelar a ordem internacional (FONSECA JR, 2013).

No contexto dos setores econômicos, políticos e sociais, o BRICS apresentava uma expansão e vinha utilizando sua influência para atingir questões importantes do cenário

¹ Cabe abordar essas diferenças, pois a união dos países pode gerar indevidas semelhanças no contexto da economia mundial, gerando conclusões arriscadas quanto à sua presença na evolução futura da economia.

² Devido ao grau de contribuição econômica de cada país. Dos 4 trilhões de dólares que o agrupamento possuía como reservas internacionais em 2010, 72% pertencia à China, 12% à Rússia, 7,5% ao Brasil e à Índia igualmente, e apenas 1% à África do Sul (BAUMANN, 2010).

mundial. Em junho de 2009, na Rússia, ocorreu a primeira reunião de líderes dos países. Nessa reunião foram discutidos assuntos como: economia mundial e desenvolvimento global, e a forma com que poderiam aumentar a sua colaboração entre si. A segunda reunião foi realizada em Brasília, abril de 2010, onde os líderes de governo debateram as principais questões da agenda internacional, e a definição de medidas concretas a serem adotadas no intuito de avançar na cooperação e coordenação entre eles (SILVA, 2019).

A terceira reunião do grupo aconteceu em Sanya – China, em abril de 2011, ficou registrada pela entrada da África do Sul, formando de fato a sigla BRICS. A inclusão foi baseada na importância econômica, influência deste em seu continente e também por sua construtiva atuação política em âmbito internacional (BAUMANN, 2010).

O quarto encontro ocorreu em Nova Délhi, na Índia, março de 2012, tendo como tema para discussões “BRICS Parceria para a Estabilidade Global, Segurança e Prosperidade”. Em março de 2013 em Durban, na África do Sul, e teve como tema principal “BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização”. Em julho de 2014 aconteceu em Fortaleza – Brasil a 6ª Cúpula dos BRICS, sob o tema "Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis", foi assinado o acordo característico do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas (SILVA, 2019).

Em Ufá – Rússia, em julho de 2015, o tema foi sobre “Parceria BRICS – Um fator Pujante de Desenvolvimento Global”. A 8ª cúpula foi realizada em Goa – Índia, em outubro de 2016, e abordaram o tema "Construindo Soluções Inclusivas e Coletivas". Na cidade de Xiamen – China, setembro de 2017, foi realizado o nono encontro, tendo como marco o início da segunda década dos BRICS, e o aprofundamento das perspectivas de cooperação voltadas para a área financeira, comercial e de investimentos, além da agenda de 2030. Em julho de 2018, realizou-se, em Johannesburgo - África do Sul, a 10ª cúpula de Chefes de Estado e de Governo do BRICS, em que teve mais de 20 nações convidadas para participarem, demonstrando a estratégia de ampliar parcerias com países emergentes (SILVA, 2019).

A cooperação entre os Brics abrange diversos temas, porém o bloco priorizou a agenda econômico-financeira e os respectivos fóruns para defesa de suas economias. Segundo Fonseca (2013) percebe-se que os países integrantes do BRICS apresentam relevância para as diversas áreas do sistema internacional, como: segurança, economia e cultura. Assim, a sua atuação vem expandindo-se para novas agendas, destaca-se, por exemplo, IV Reunião de Ministros de Saúde dos Brics, onde foi aprovado um plano de cooperação do bloco na área de saúde, em relação às doenças negligenciadas. Desse modo, suas diferenças são postas de lado - mesmo o perfil de

cada membro do Brics revela que, embora haja especificidades, há também muitos elementos comuns, tais como a definição de diretrizes para a cooperação de acordo com os interesses de política externa de cada país - e apresentam uma capacidade de contribuir em termos globais.

2.1 POLÍTICA EXTERNA DO BRICS

A análise de política externa é um campo teórico, que permite análise do processo decisório a nível estatal de forma não unificada. Porém, cabe ressaltar que essa é um objeto de pouca definição, levando em consideração que a maioria dos artigos e pesquisas parte da premissa de que o conceito já está consolidado, sem apresentar seu estado da arte.

Hill (2003, p. 3) apresenta o conceito como “a soma das relações oficiais externas conduzidas por um ator independente, geralmente um Estado, nas relações internacionais”. Neack (2014) apresenta uma definição ampla para a política externa, que remete a Charles Hermann – que avalia os processos que levam a mudanças na estratégia internacional desenvolvida por um Estado, havendo uma predominância numérica de fatores internos na determinação de tais mudanças - como declarações, comportamentos e ações dos Estados e seu resultado na interação com outros Estados.

Já a teoria realista promoveu um entendimento da política externa considerando a concepção unitária do Estado, sublimando a necessidade de estudo da divergência interna quanto à política externa. A política externa deve ser formulada para o interesse do Estado, respondendo às demandas sociais. Para Oliveira (2005) ainda que a interação entre os Estados esteja cada vez mais contribuindo para a participação de outros atores, a política externa de um país corresponde à atuação do Estado na defesa do conjunto dos interesses dessas instituições. Entretanto, Solomon e Pinheiro (2013) apresentam que existe um campo de disputas e interesses que influenciam o seu processo, assim como atores que circulam por meio desse contexto, observando que esse pode influenciar para que ocorra a cooperação, diplomacia, comércio entre países.

Robert Putnam e Helen Milner propuseram uma teoria do “equilíbrio geral”, com o foco nas interações simultâneas entre fatores domésticos e internacionais. Ambos os autores contribuíram para uma crítica mais geral à literatura estadocêntrica das relações internacionais, mormente àquela que apresenta o Estado como ator unitário, cujo interesse nacional é invariavelmente subordinado aos ditames das relações de poder entre as entidades estatais, sobressaindo-se as questões concernentes a high politics (Lameiras, 2017, p.143).

Robert Putnam (2010) formula um modelo de compreensão da política externa como um jogo de dois níveis: um interno e outro externo.

A luta política de várias negociações internacionais pode ser utilmente concebida como um jogo de dois níveis. No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seus interesses pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre os grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisões (PUTNAM, 2010, p. 151).

A análise de política externa é realizar o estudo do comportamento e da prática das relações entre diferentes atores, principalmente os Estados, no sistema internacional. Se tradicionalmente esse governo específico era um governo nacional, nas últimas décadas os diversos processos de descentralização têm feito com que outros níveis de governo desenvolvam suas próprias políticas externas. No caso do Brasil, observou-se a emergência do debate da política externa como política pública a partir da década de 1990. A política externa não deixa de ser uma política pública, fazendo parte da “politics”. Porém, essa sempre foi considerada um assunto de Estado que deve ser conduzido com autonomia das políticas públicas domésticas, dada a sensibilidade dos temas abordados, incluindo acordos e alianças secretas. Entretanto, cabe ressaltar que nesse estudo se considera que posição de um país a sua posição contexto internacional impacta em suas questões internas, que depende de seu comportamento e posição externa.

Os países que compõem o bloco do BRICS podem ser considerados potências regionais, ou ainda, potências sub-regionais se considerarmos como subcontinentes o Indiano e a América do Sul. Potências regionais são aquelas que, dotadas de grandes extensões territoriais e populacionais; relativo poder econômico frente aos seus vizinhos; e relevante presença militar na região exerce uma esfera regional de influência sobre seus vizinhos, economicamente, mas principalmente politicamente (NOGUEIRA, 2013).

Os países que compõem o BRICS como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, podem ser considerados como potências regionais e, por isso, veem a instituição BRICS como mecanismo de cooperação dos países emergentes, que têm por seu objetivo máximo o fortalecimento da influência de seus membros na geopolítica internacional³, permitindo instrumentos necessários de influência internacional e de divulgação dos seus “vieses de mundo” fora das suas regiões de influência. Em razão disso, os países membros concedem importância variável a sua participação no bloco.

³ A Geopolítica refere-se às relações territoriais e de poder envolvendo os Estados Nacionais no plano internacional.

Isto é evidente quando, por exemplo, países como China, já considerados grandes potências mundiais, não utilizam a instituição BRICS como ferramenta de defesa de seus interesses econômicos frente a sanções dos EUA, por exemplo. Ou ainda, da fragilização da cooperação do bloco frente a mudanças de governo e de visão internacional, como no Brasil desde 2018, que eram verdadeiros impulsionadores e promotores do bloco internacionalmente, fazendo extenso uso da instituição BRICS para fortalecer sua posição internacional frente a outras potências.

No entanto, o BRICS no âmbito da política externa se mantém relevante, tendo em vista, não só o fato de ser um dos blocos mais importantes do Brasil internacionalmente, mas também da sua importância mundial, pois abrigam 42% da população mundial e 25% do seu PIB, e mais importante, responsável por grande parte do consumo mundial, cabe destacar que a previsão era de 33% em 2020 (The Economist, 2015). Pela transição anunciada e paulatina do eixo econômico mundial das potências ocidentais para um eixo econômico emergente e predominantemente asiático, é notório que a fundação de um Banco de Desenvolvimento próprio seja um fomentador de Política Externa de Influência do bloco, que trataremos mais adiante.

Entendendo o impacto e a própria relevância do bloco, o BRICS reconhece preponderância do poder americano sobre o sistema internacional, mas a dinâmica das relações internacionais produzirá mudanças de padrões de ordenamento mundial impulsionados por mudanças no eixo econômico a partir de diferentes articulações de multilateralismo e globalização, e mais recentemente da pandemia do COVID-19, que demonstram que a coesão do agrupamento ainda se mostra frágil dada as dinâmicas geopolíticas e a diversidade de interesses em agendas externas complexas. Portanto, é importante analisar as ações de política externa e de cooperação do BRICS na pandemia, “pois a influência relativa dos BRICS está associada ao reconhecimento mútuo de seus membros e principalmente em reformar as instituições de governança da ordem atual” (NOGUEIRA, 2013, p. 410).

No que se refere especificamente à política externa, os países do BRICS têm suas especificidades. A Rússia após o fim da Guerra Fria e também após o desmembramento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991, teve várias barreiras criadas perante a economia. Com o tempo, a política externa russa passou por um processo de evolução, como ajustes internos realizados e ações de cunho internacional. Em meados dos anos 90, realizou ações que buscavam garantir o maior equilíbrio da Política Externa. Dentre as principais ações para esse equilíbrio estava a necessidade de desenvolver relações estreitas com

a China, a Índia e o Meio Oriente. A Rússia buscou demarcar seu espaço na nova realidade internacional e formas de se aproximar do ocidente, perceptível na inclusão em diversos fóruns institucionais, em que visava desconstruir a rivalidade bipolar que marcou os anos de Guerra Fria (FREIRE, 2017). A sua participação no BRICS possibilitou ampliar mercados e relações que contribuem para sua política externa.

A estratégia estatal indiana voltada para as relações internacionais é baseada na participação de diferentes instituições internacionais como a União Africana, o G-20 Financeiro, a OTAN e a ONU. A Índia tem uma atuação bilateral, permitindo boas relações com outros países, essa tende a ser neutra e utiliza o Soft Power⁴ como principalmente ferramenta para suas relações diplomáticas e ampliação dos seus interesses internos (CAMPOS, 2016).

A política diplomática da China vem sendo voltada para autonomia, independência e paz, desenvolvendo relações bastante amistosas visando à igualdade e o benefício recíproco com diversos países, além de cooperação. Os objetivos básicos de sua política exterior são: o combate ao hegemonismo, à defesa da paz mundial, o desenvolvimento de cooperação amistosa e a promoção da prosperidade conjunta. Em 2012, o país mantinha relações diplomáticas com mais de 130 países, além de relações comerciais com o mundo inteiro e participação ativa em mais de 380 organizações ou instituições internacionais (DUQING, 2012).

Entre o final da década de 80 e início dos anos 90 a África do Sul passou por um processo interno que atingiu as suas estruturas sociais, econômicas e políticas. O declínio do Apartheid permitiu o país deixar o isolamento no âmbito do Sistema Internacional. A política externa do país foi cunhada de “Nova diplomacia”, suas diretrizes apresentavam o país como uma potência de características medianas, devidamente reconhecida por seus pares, o seu foco passava a ser em questões econômicas e não mais em geopolítica. A política externa sul-africana atua em ações relacionadas à diplomacia continental, que permite que a África do Sul se aproximasse dos países próximos (RIZZI; SCHUTZ, 2014).

O Brasil tem tradição diplomática marcada pela negociação e diálogo. A política externa brasileira sofreu algumas alterações ao longo do tempo, pois essa política faz parte de um conjunto de políticas públicas que refletem interesses nacionais, que sofrem influência direta de elementos históricos, sociais e culturais. Em 2000, focou em ações de diversificação de

⁴ Soft Power é uma articulação sedutora de poder, ele coopta as pessoas a quererem ser iguais ao invés de obrigá-las. O Soft Power tem a sua principal característica de acordo com conceitos ideais e culturais mais próximos com o que prevalece como uma norma global (NYE, 2002, p.123).

parcerias comerciais e políticas, dando maior prioridade aos países sul americanos, do Sul político, e países em desenvolvimento (BORELLI, 2017).

Uma das principais prioridades dos 5 países envolvidos no BRICS é a garantia de uma liderança em âmbito regional, gerando a capacidade de integração e se auxiliar no protagonismo na arena global (RAMOS; GARCIA; PAUTASSO; RODRIGUES, 2018). A partir do contexto da política externa, cabe adentrar para a cooperação do BRICS no âmbito da saúde, tendo em vista, as ações dos países no contexto secundário desse estudo.

2.1.1 Cooperação do BRICS na área da saúde

A saúde é um tema presente na política externa em todos os países que compõem o BRICS. A intenção da cooperação no campo da saúde passa a fazer parte das temáticas do grupo a partir da Cúpula de Sanya, com a declaração da intenção dos países em cooperar no combate da epidemia de AIDS, e de contribuir para que sejam alcançadas as metas do milênio até 2015.

Em abril de 2011, em Genebra, na Suíça, ocorreu o encontro de Ministros de Saúde do BRICS, à margem da 64ª Assembleia Mundial da Saúde, com a discussão sobre a Cooperação em saúde pública, tendo em vista, o combate ao HIV/AIDS e a Reforma da OMS. Em julho do mesmo ano, ocorreu a reunião dos Ministros da Saúde do BRICS em Pequim, já prevista no Plano de Ação de Sanya na III Cúpula dos BRICS. Em setembro, ocorreu um novo encontro em Nova York, à margem do encontro de Alto Nível das Nações Unidas sobre doenças não comunicantes, sobre medidas a serem implementadas na prevenção e controle de doenças não transmissíveis (HERZ; FLORENTINO; MIRANDA, 2012).

Em janeiro e maio de 2012, ocorreram reuniões, durante a 130ª sessão do Conselho Executivo da OMS e 65ª Assembleia Mundial da Saúde na Suíça, para discussão sobre o combate e tratamento de doenças transmissíveis, bem como sobre a reforma da OMS (HERZ; FLORENTINO; MIRANDA, 2012).

A Declaração de Pequim retoma que os Ministros de Saúde do BRICS se comprometem em apoiar e desenvolver projetos de cooperação para saúde pública mundial. Reafirmam a necessidade de melhorar os serviços públicos de saúde de seus países e de apoiar outros países nos seus esforços de promover a saúde para todos, assim como, a intenção de cooperação na área de tecnologia para inovação em saúde.

No contexto da Sars-CoV-2, causador da Covid-19, e o contexto do BRICS, Luciana Servo do IPEA⁵ (2021) considera que a pandemia da covid-19 revelou o desafio de promover um acesso mais igualitário aos serviços de saúde. Pois, ficaram evidentes as desigualdades sociais, raciais e territoriais em relação ao acesso aos sistemas de saúde no globo. Além disso, evidenciou-se que a cooperação é fundamental para o acesso à vacinação.

2.1.2 Banco dos BRICS

Na quarta Cúpula do BRICS em Nova Delhi (2012), os líderes consideraram a possibilidade de criar um novo Banco de Desenvolvimento para mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e outras economias emergentes. Após o relatório dos Ministros das Finanças na quinta cúpula do BRICS em Durban (2013), os líderes concordaram sobre a viabilidade de estabelecer o Novo Banco de Desenvolvimento. Na sexta Cúpula do BRICS em Fortaleza (2014), os líderes assinaram o Acordo que criava o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD, online).

“O Banco terá um capital autorizado inicial de US \$ 100 bilhões. O capital inicial subscrito será de US \$ 50 bilhões, dividido igualmente entre os membros fundadores. O primeiro presidente do Conselho de Governadores será da Rússia. O primeiro presidente do Conselho de Administração será o brasileiro. O primeiro presidente do Banco será da Índia. A sede do Banco será localizada em Xangai. O Novo Centro Regional do Banco de Desenvolvimento da África será estabelecido na África do Sul simultaneamente com a sede.” (Declaração de Fortaleza apud NBD, online).

Em 27 de fevereiro de 2016, o NDB tornou-se totalmente operacional. Em 2018, o Novo Banco de Desenvolvimento recebeu o status de observador na Assembleia Geral da ONU. Os projetos financiados pelo NDB estão localizados nas seguintes áreas-chave de operação: energia limpa; desenvolvimento urbano; eficiência ambiental; transporte e infraestrutura; água; infraestrutura social e digital; e demais temáticas. Com o contexto da pandemia, a Covid-19 foi inserida no panorama de atuação, inclusive com uma política específica que posteriormente será abordada (NBD, online).

2.2 EVOLUÇÃO DO BRICS EM TERMOS PIB E COMÉRCIO

A análise macroeconômica é parte da economia que se interessa em dar resposta a essa questão. Com o uso de instrumentos macroeconômicos se analisa o comportamento do nível da atividade econômica e de como essa dinâmica pode gerar reflexos. Assim, se pode estabelecer

⁵ https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38333&catid=10&Itemid=9

decisões de escolha de políticas e opções de políticas. Indicadores macroeconômicos são referências quantitativas que contribuem para identificar um conjunto de números e variáveis que compõem o momento atual da economia de um país. Tendo em vista o presente estudo, cabe destacar os conceitos e um breve panorama geral dos indicadores elegidos para este estudo.

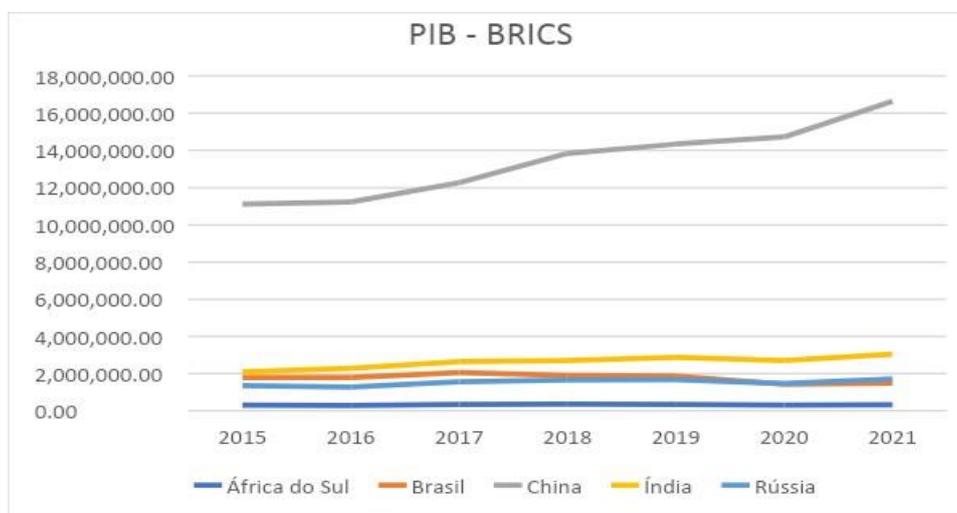
2.2.1 Produto Interno Bruto

Podemos definir como a soma de todos os bens e serviços finais produzidos num determinado período de tempo, num país ou região, Mata (2018) aborda que o PIB, inclui as rendas dos não residentes ou empresas estrangeiras dentro do país. É considerada uma medida de fluxo e não de estoque, por isso ele serve como medida de produção corrente.

Conforme Mata (2018) a produção de bens e serviços finais entra na contagem do PIB. Já os bens e serviços intermediários não entram na contagem do PIB. Ressalta-se isso devido ao fato de evitar uma dupla contagem. O padrão de desenvolvimento de determinados países e regiões podem ser medidos por meio do comportamento do PIB, de acordo com Mata (2018). Entretanto, nem sempre o PIB vai apresentar o melhor padrão de desenvolvimento, este está associado como indicador de crescimento econômico. O fato de não o considerar um bom indicador ao desenvolvimento seria o fato de que esse não mede questões como bem-estar, educação, qualidade de vida, etc.

No gráfico a seguir veremos a evolução do Produto Interno Bruto do BRICS, de forma comparada, a partir do ano de 2015 ao ano de 2021, esse em contexto de previsão.

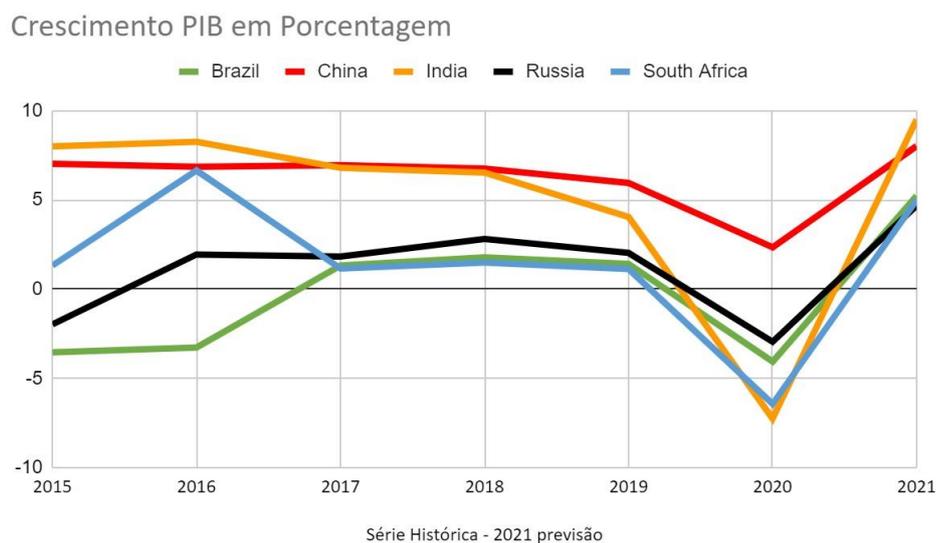
Gráfico 1 - Produto Interno Bruto do BRICS 2015 - 2021



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, April 2021.

No gráfico 2 a seguir veremos a evolução do crescimento do Produto Interno Bruto do BRICS, de forma comparada, a partir do ano de 2015 ao ano de 2021, esse em contexto de previsão.

Gráfico 2 – Crescimento do Produto Interno Bruto do BRICS 2015 – 2021, (em %)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, April 2021.

Referente ao crescimento do PIB das cinco economias nota-se um padrão similar em todas, porém, o crescimento apresentado pela China se difere, segue a tendência, mas é muito superior em relação aos demais países. O padrão estabelecido se dá pelas características similares com relação à composição de suas balanças comerciais, a classificação dos países perante os indicadores gerais comparados no mundo, a relevância regional e internacional de cada uma dessas economias e entre outros fatores.

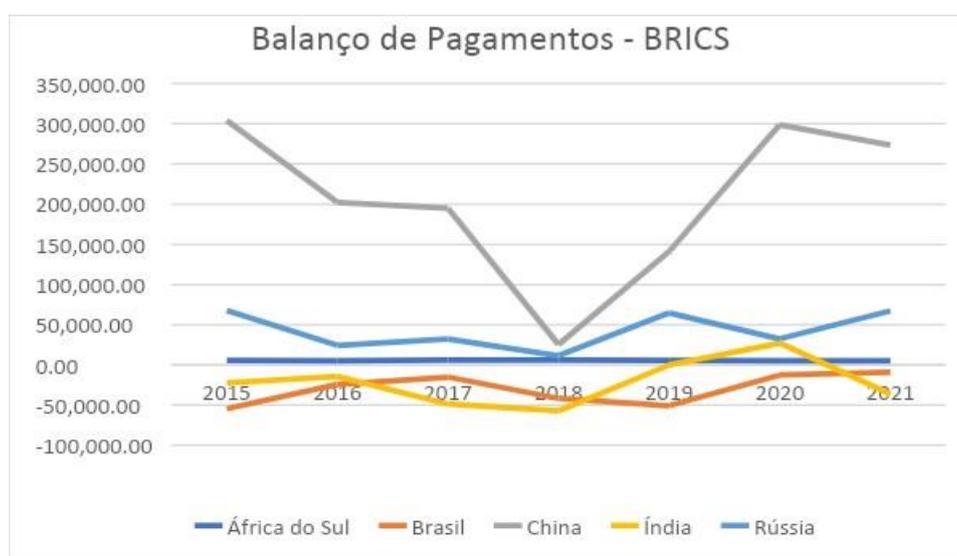
2.2.2 Balanço de Pagamentos

O balanço de pagamentos de um país é o “registro sistemático das transações econômicas, durante um dado período de tempo, entre os seus residentes e os residentes do resto do mundo” (FMI 2021). Considera-se para residentes e não-residentes a diferenciação associada ao local onde produzem e consomem bens e serviços. Sendo residente a pessoa física ou jurídica domiciliada em um país, indivíduos com residência fixa, mesmo imigrante, filial de empresas estrangeiras sediadas no país, funcionários em serviço no exterior, indivíduos que se encontram transitoriamente no exterior etc.

Levando em consideração três contas analíticas: Transações correntes, que são referência à movimentação de mercadorias e de serviços - os serviços de remuneração de capitais, juros e dividendos estão incluídos – pagamentos e recebimentos de rendas de capital e trabalho e transferências unilaterais de renda; Conta Capital, que registra transferências unilaterais de ativos reais, ativos financeiros ou ativos intangíveis entre residentes e não residentes; e a Conta Financeira, que registra todos os tipos de fluxos de capitais entre o país e o resto do mundo (MIRANDA, 2015).

No gráfico a seguir veremos a evolução do Balanço de Pagamentos do BRICS, de forma comparada, a partir do ano de 2015 ao ano de 2021, esse em contexto de previsão.

Gráfico 3 - Balanço de Pagamentos BRICS 2015 - 2021



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, April 2021.

Ao analisar a balança de pagamento, é possível observar um alto destaque para a China, que em termos absolutos pelo grande tamanho da sua economia, destaca por demais suas receitas totais da Balança de Pagamentos com os outros países do BRICS. O Boom das commodities no cenário econômico internacional, que aconteceu entre 2000 e 2014, é extremamente impactante nas receitas de PIB e Balança de Pagamentos dos países em desenvolvimento, aqui analisados, os que compõem o BRICS. Destaca-se uma oscilação na Balança de Pagamentos muito grande em 2015 para os países do BRICS, pois sofrem o impacto do fim do Boom das commodities, porém, em 2017 e 2018, ocorre uma aproximação dos demais países nos indicadores, representando um momento de estabilização e desaquecimento

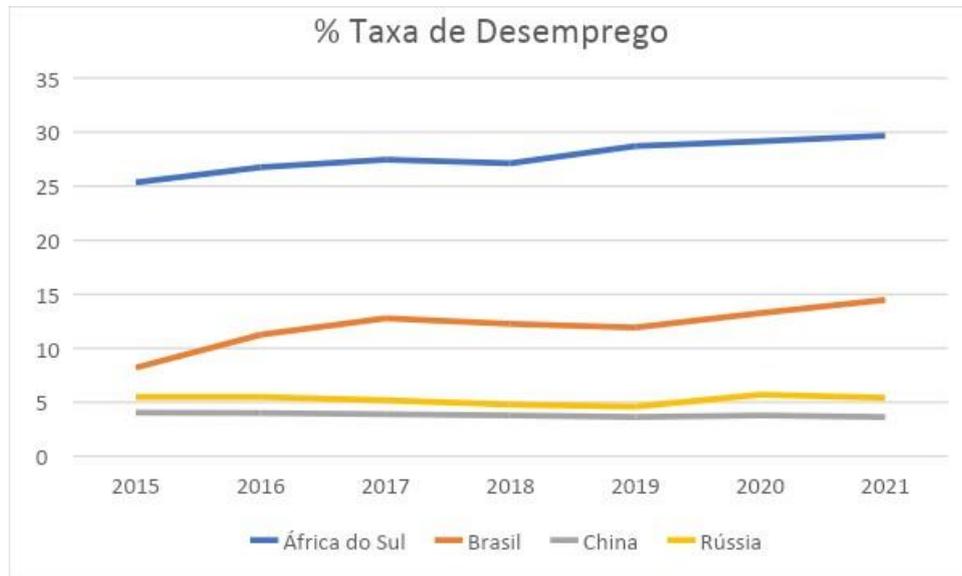
internacional, afetando especialmente países dependentes no PIB dos resultados das balanças de pagamento, neste caso, todos os países do BRICS, como será exposto. Por fim, cabe analisar o impacto comparativo em 2020 e preditivo em 2021, pois a diferença das receitas da balança de pagamentos nestes anos são um dos indicadores de maior ou menor impacto no PIB e na superação da pandemia entre os diferentes países do BRICS, quando os comparando, com destaque para a tendência de países como África do Sul em manterem-se perto de resultados neutros enquanto que países historicamente deficitários como Índia e Brasil tiveram resultados diametricamente opostos na Balança de Pagamentos em 2020.

2.2.3 Taxa de Desemprego

A taxa de desemprego refere-se a uma medida do número de pessoas desempregadas, fora do mercado de trabalho formal, em determinado país. A relevância para esta pesquisa é usar deste dado como demonstrativo e comparativo para a acentuação dos cenários de desemprego nos países do BRICS na série histórica de 2015 até 2021, previsão, com um foco para a análise dos resultados das políticas de estímulo econômico durante a crise do COVID19. Neste sentido, podemos ver no comparativo que exclui a Índia⁶, que há certa estabilização aparente das taxas de desemprego nesta série histórica a partir de 2017, o Brasil e a África do Sul em destaque devido às oscilações em 2018 ou 2019 em períodos de crise política interna, e aumento crescente e constante a partir de 2019 que só foi acentuado diante da crise da COVID19 em 2020, que impactou severamente a economia. Por isso, a análise dos números do aumento da taxa de desemprego em 2020 é relevante para avaliar se o resultado das políticas de estímulo em 2020 serviram como um colchão de absorção do impacto generalizado na economia em razão da COVID-19, e quais razões levaram Rússia e China a manterem um índice tão baixo durante o período crítico de empregabilidade mundial em 2020.

⁶ Neste gráfico excluiu-se Índia devido à falta de dados na fonte, que é o portal de dados do Fundo Monetário Internacional. Dados sobre desemprego em outras fontes divergem muito, em especial sobre os anos de 2015 a 2021 (previsão) e por isso também não foram inseridos neste gráfico para se criar uma série histórica.

Gráfico 4 - Taxa de Desemprego BRICS 2015 – 2021 (em %)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, April 2021.

3. ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA BRICS 2020

A política externa busca proteger e contribuir para os interesses nacionais de um país, tanto para sua segurança nacional, a prosperidade econômica e seus valores, por meio de suas relações com os demais países. A partir desse contexto, cabe analisar a política externa do BRICS em contexto da pandemia, diante de ações conjuntas, do Banco dos BRICS e suas ações internas.

3.1 AÇÕES DO BRICS EM CONJUNTO PARA PANDEMIA

Diversos compromissos assumidos pelos BRICS em matéria sanitária não foram totalmente implementados, como a maior participação na Global Outbreak Alert and Response Network – rede global de alerta e resposta a epidemias, assumido em Tianjin em 2017; o compromisso para a instalação de um centro dos BRICS de vacinas, assumido em Durban em 2018.

No único documento emitido pelo bloco após o início da epidemia de fevereiro de 2020, os BRICS expressaram apoio aos esforços do governo chinês no combate à Covid19. Também, afirmaram apoiar o fortalecimento da cooperação em pesquisa científica usando métodos e tecnologias modernas, incluindo sistemas de teste desenvolvidos nos países do BRICS. Por parte da China houve um atraso em notificar as infecções em Wuhan, o país impôs políticas de restrição, respondeu de forma rápida e eficaz à epidemia, revelou a dependência mundial quanto à produção de material médico. A Índia reforçou suas referências como uma farmácia emergente para o mundo. A Rússia, apesar de combater o vírus em casa, enviou médicos e virologistas para o exterior para a Itália e um carregamento em um avião Antonov-124 para os EUA a pedido de Trump. A África do Sul ficou envolvida na elaboração de uma resposta pan-africana à Covid-19. Na Declaração dos BRICS sobre a pandemia, o grupo acompanhou a Resolução da 73ª AMS, apoiando o fortalecimento da cooperação em pesquisa científica sobre COVID-19, bem como os esforços conjuntos para detectar, prevenir, controlar e mitigar a pandemia usando tecnologias modernas (HOIRISCH, 2020). A pandemia da COVID-19 demonstrou a necessidade de cooperação entre os países.

Em 28 de abril de 2020 ocorreu uma reunião dos BRICS, os representantes dos países reuniram-se por videoconferência, e defenderam a importância da cooperação multilateral e seu compromisso com o multilateralismo, assim como, intensificar o

compartilhamento de informações e experiências, promover a colaboração na pesquisa de fármacos e vacinas.

Na ocasião, chegaram ao entendimento que o Novo Banco de Desenvolvimento iria estabelecer um fundo de US \$15 bilhões para financiar a recuperação econômica dos países do grupo. Em março, o NDB já havia aprovado um Empréstimo Emergencial de 7 bilhões de yuans para ajudar a China no combate à Covid-19. A Índia e África do Sul receberam empréstimos para enfrentar o coronavírus, assim como, o Brasil, o que fez o apoio financeiro do NDB contra o vírus subir para US \$4 bilhões. O banco emitiu títulos de referência Covid e os recursos líquidos provenientes da emissão desses títulos serão utilizados para financiar atividades de desenvolvimento sustentável nos seus países membros, incluindo empréstimos de assistência emergencial (HOIRISCH, 2020).

Para executar a cooperação multilateral e os compromissos discutidos durante a pandemia, decidiram abrir uma chamada para selecionar projetos conjuntos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação na temática da Covid-19 que envolvessem pelo menos três dos cinco países do bloco, em cinco linhas de pesquisa: P&D de novas tecnologias para diagnósticos da Covid-19; P&D de vacinas e medicamentos para Covid-19; sequenciamento genético do novo coronavírus e estudos sobre epidemiologia e modelagem matemática; inteligência artificial e computação de alto desempenho orientadas para a pesquisa de novos medicamentos, o desenvolvimento de vacinas, tratamentos, testes clínicos e sistemas e infraestruturas de saúde relacionados à Covid-19; e estudos epidemiológicos e testes clínicos para avaliar a sobreposição de Sars-CoV-2 e outras comorbidades, em especial a tuberculose (HOIRISCH, 2020).

3.2 AÇÕES DO BANCO DOS BRICS PARA COMBATE DA PANDEMIA

As proporções pandêmicas do surto de COVID-19 resultaram em uma crise global, situação de emergência por graves impactos à saúde e de amplo alcance social e repercussões econômicas. Estas últimas decorrentes do distanciamento social e medidas de lockdown postas em prática para conter a propagação da doença. A natureza imediata das demandas decorrentes dos impactos do COVID-19 exigiu que essa assistência fosse rápida. Além disso, uma vez que os requisitos de assistência de emergência podem variar de país para país, dependendo da gravidade dos impactos e das medidas adotadas, a resposta também precisará ser flexível para ser específica ao país (Policy on Fast-track Emergency Response to COVID-19 NDB, 2020).

O NDB desenvolveu uma política emergencial diante do Covid-19 com o propósito de tomar medidas de saúde para detectar, testar, curar, conter e eliminar COVID-19 e para fortalecimento da capacidade de resposta e prevenção de futuros surtos de emergência; fortalecer as redes de segurança social para lidar com os impactos socioeconômicos imediatos que surgem do surto de COVID-19, e realizar uma recuperação econômica urgente.

A política atende os clientes elegíveis pela Política de Empréstimo Soberano, o período de resposta de emergência será aplicável a todos os empréstimos ao abrigo do Mecanismo, em que o período é definido como 18 meses da eficácia do empréstimo para o desembolso total e utilização do empréstimo, com uma provisão para a Administração estender este período por mais 6 meses, conforme necessário.

financiará despesas correntes e de capital realizadas diretamente consequência do COVID-19 durante o período de resposta a emergências. Tal despesa, todas decorrentes diretamente da COVID-19, podem ser para a saúde medidas, medidas de segurança social e outras medidas necessárias para o início econômico recuperação (por exemplo, pacotes de estímulo financeiro). Situações diferentes do COVID-19 demandam diversas medidas, algumas ainda em evolução, outras possivelmente ainda não tentado, exigindo, portanto, flexibilidade considerável no financiamento do NDB de requisitos específicos do país. As despesas para o financiamento do NDB serão determinadas em detalhes em consulta com o país durante a devida diligência da solicitação do país para assistência COVID-19 no âmbito do mecanismo (Policy on Fast-track Emergency Response to COVID-19 NDB, 2020).

Esta Política foi proposta por um período inicial de 24 meses a partir da aprovação, esta Política e sua validade poderiam ser prorrogadas em até 30 meses a partir de tal aprovação, sem objeções após uma revisão intermediária pela Administração.

3.3 AÇÕES DE GOVERNO DE CADA PAÍS PARA COMBATE DA PANDEMIA

Nesta breve análise de política externa do BRICS em meio a Covid-19, tem como objetivo descrever algumas ações adotadas pelos países de enfrentamento à pandemia, como elucidar a sua cooperação promovida. Os países do BRICS são considerados de forma significativa afetados pelo vírus. Questionamentos sobre financiamento e respostas efetivas ao combate da pandemia estão sendo frequentemente levantadas (BUSS; TOBAR, 2020).

O Brasil vem atuando de maneira diferente nesta pandemia, rompendo com a sua tradição de política externa e se distanciando de ideias, espaços, iniciativas e atores que foram fundamentais em determinados períodos e momentos históricos, fica evidenciado

como exemplo, o alinhamento ideológico aos EUA, a crítica ao multilateralismo, o afastamento da OMS e as tensões diplomáticas com a China (MUÑOZ, 2016). Podendo se questionar se o Brasil estaria atuando abaixo das necessidades sociais de seu estado. E deixando lacunas em suas capacidades diante da tradição diplomática do país. Sendo considerado um caso de insucesso diante da pandemia, com indicadores de mortes todos os dias aumentando, sendo o pior indicador do BRICS.

A Rede de Pesquisa Solidária apresenta que a falta de articulação e organização do governo federal para com outras instituições em âmbito estadual e municipal para o desenvolvimento de ações, contribuíram para o contágio acelerado no país. Com experiências de sucesso fora do contexto do BRICS, para o enfrentamento de epidemias e pandemias, o país não as replicou. Os erros que o país apresenta nos cuidados e inclusive disseminação de informação se sucedem, desde compras de Equipamentos de Proteção Individual, até o uso ou não uso de máscaras (UNGARETTI, 2020).

No econômico, políticas fiscais expansionistas como as do Auxílio Emergencial buscaram amenizar os reflexos da conjuntura na economia e na própria população, tendo em vista o número de desempregados, pessoas que perderam seu emprego e profissionais liberais, que tiveram seu processo de trabalho restringido devido ao “lockdown”. A criação de linhas de crédito por parte de bancos públicos para o setor privado tentou mitigar as consequências das perdas de processo e buscando preservar negócios e empregos, no entanto, como bem expresso na fala do ministro da economia Paulo Guedes, a prioridade é salvar empresas grandes, sendo assim, os créditos facilitados a juros baixos não chegaram na ponta, nem mesmo com o PRONAMPE, tendo agenciadoras de crédito cobrado juros que impossibilitaram que essa política expansionista de crédito ajudava os empreendedores do simples nacional (UNGARETTI, 2020).

A Rússia, no total possui 4,61 milhões de casos⁷. Apresentou alguns meses mais críticos e outros mais tranquilos, com certa flexibilização. A Rússia se destacou pela vacina Sputnik V. aprovada em 15 países, como a própria Rússia, Argentina, Paraguai e Venezuela. No Brasil, a ANVISA ainda aponta necessidade diante de algumas informações⁸. Na economia, com o aumento dos níveis de desigualdade social e a

⁷ No dia 15 de abril de 2021

⁸ <https://veja.abril.com.br/saude/sputnik-v-o-que-ainda-trava-a-chegada-da-vacina-russa-nobrasil/>

tendência de queda na cotação internacional do petróleo, no segundo trimestre, a economia decresceu 8,5%.

A Índia, junto do Brasil, tem os seus indicadores preocupantes, porém, teve o seu lockdown em março de 2020 e um dos mais restritivos do mundo. Gerando diversos impactos, a contenção do contágio inicialmente foi controlada, mas refletiram em um decréscimo de 23% do PIB. Questiona-se, assim como no Brasil, a forma de organização e as ações do governo, tendo em vista a flexibilização posterior, diferindo-se do Brasil, a Índia buscou estratégias de monitoramento e isolamento de novos casos. No contexto econômico, o governo anunciou garantias de empréstimos para pequenas empresas, crédito para trabalhadores e agricultores, e incentivos fiscais para prestadores de serviços.

A China, apesar de ter sido o epicentro da pandemia, adotou de forma rápida e estratégicas medidas de contenção do coronavírus. As ações envolveram a adoção de rígidas medidas de isolamento social, rastreio e gerenciamento de casos por meio do uso, construção de infraestruturas de emergência. O fato de terem mobilizado seu setor produtivo para a produção de equipamentos para o enfrentamento da pandemia, possibilitou seu fornecimento internacional. Nesse sentido, a China se destacou e se destaca pela coordenação de esforços para suprir a demanda doméstica e global de testes, máscaras, luvas, aparelhos, câmeras termais, tratamentos e vacinas (Reis, 2020). No contexto econômico, ocorreu a liberação de créditos e subsídios para impulsionar os investimentos em setores como logística e infraestrutura.

A África do Sul está sendo um caso preocupante como o Brasil, o governo inicialmente adotou medidas rígidas de isolamento, que das seis semanas, contribuiu para achatar a curva de contaminação, sendo relevante para construir capacidades no sistema de saúde, porém sua flexibilização foi descoordenada. Seus impactos na economia foram perceptíveis, anteriormente já não apresentava indicadores favoráveis, mas a pandemia levou um retrocesso para anteriormente a 2007, com acentuada redução dos níveis de renda. O governo não conseguiu implementar políticas econômicas anticíclicas orientadas à redução dos danos causados às empresas e aos trabalhadores.

No contexto da cooperação internacional e o papel do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), há um afastamento na cooperação entre os países, tendo em vista as tensões, e um cenário nacionalista e de enfrentamento com ações internas, a cooperação ficou de lado. Diante disso, não houve o progresso nas ações do banco, tanto no âmbito de projetos como de arrendamento de capital, exceto no contexto de pandemia,

onde Banco estabeleceu como meta o financiamento de US\$ 10 bilhões em empréstimos para auxiliar no combate da pandemia e os seus efeitos, podendo ainda ser percebido como um nexo de cooperação entre o BRICS. Cabe ressaltar a cooperação promovida para o desenvolvimento de pesquisas conjuntas para o enfrentamento da COVID-19, com ênfase nas áreas medicinal e de tecnologias. No contexto geral, as respostas dos países do BRICS à pandemia apresentaram desconformidades, ao conter o contágio, mas semelhanças nos entraves para adoção de estratégias. Apresenta um foco para cooperação por meio do Banco de Desenvolvimento. E entraves políticos por meio de discursos e ações dificultando ações e cooperação bilateral⁹.

No contexto de política externa, os BRICS possuem estratégias distintas principalmente por se tratar de países com histórias, demandas e conjunturas diferentes. Cabe ressaltar que é importante entender como tais nações funcionam internacionalmente, para a partir daí entender um pouco melhor as agendas e posicionamentos como grupo. Porém, esse estudo não vai se deter a olhar para o contexto anterior a pandemia da sua conjuntura de política externa. Cabe colocar, que uma das principais prioridades dos países seria a garantia de uma liderança em âmbito regional, que possibilita o seu protagonismo na arena global (SILVA, 2019).

⁹ https://www.ufrgs.br/nebrics/os-brics-e-a-covid-19-combate-a-pandemia-e-cooperacao-internacional/#_ftn29 <https://www.ufrgs.br/nebrics/as-tensoes-entre-china-e-india-disputas-territoriais-e-rivalidade-historica/> <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/outros/ministros-da-educacao-do-brics-debatem-cooperacao-multilateral> <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/08/14/paises-do-brics-estao-entre-os-mais-afetados-pela-covid-19-mas-cooperacao-e-fracas.htm?cmpid=copiaecola>

4. ANÁLISE INDICADORES MACROECONÔMICOS FRENTE À PANDEMIA (PIB E BALANÇO DE PAGAMENTOS)

Neste capítulo se buscará levantar as ações de combate e amenização da pandemia, especialmente aquelas de cunho econômico assim como as ações de Política Externa que impactaram direta ou indiretamente sobre os resultados macroeconômicos levantados por este trabalho para evidenciar se, as ações políticas, tiveram sucessos ou não.

Cabe ressaltar que trataremos aqui os gastos fiscais com diferenciações entre gastos diretos, empréstimos ou isenções fiscais. Em outras palavras, tentaremos de ressaltar as diferenças de estímulos quando o dinheiro é diretamente repassado, em valores fixos, para famílias ou empresas - a exemplo do Auxílio Emergencial Brasileiro ou o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (BEM) - que, mundialmente, contaram como cerca de 50% de todo o gasto com os pacotes de estímulo, ou de empréstimos e isenções fiscais as empresas e certos setores como estímulo indireto.

4.1 CHINA

A China consolidou seu papel como uma força econômica internacional, criando parcerias econômicas fortes, a exemplo do seu papel na divisão internacional do trabalho, assim como de liderança internacional a partir da iniciativa do Belt and Road Initiative (BRI) e de investimentos de capital através do seu banco de desenvolvimento na Ásia. No entanto, o crescimento econômico constante, que era também resultado do favorecimento de uma balança comercial superavitária, já estava sendo prejudicada anteriormente pela pandemia pelas fortes tensões políticas e econômicas com os Estados Unidos e uma recessão da demanda global.

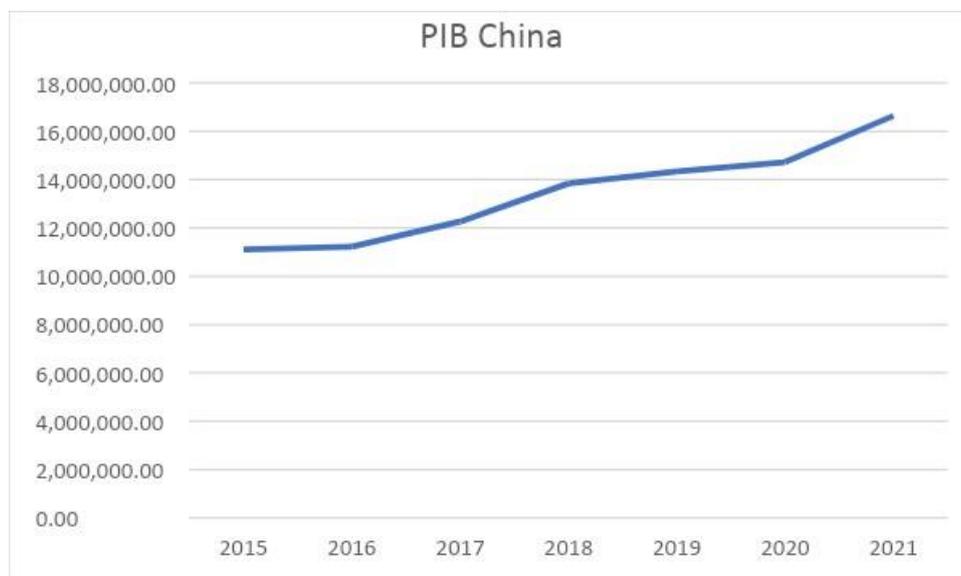
No ambiente interno, o crescimento moderado da China impulsionou o país a identificar o crescimento acelerado da sua economia liderado por investimento externo e exportação, para um crescimento baseado em consumo e serviços interno (ODI, 2020).

No campo econômico, a atuação política do governo chinês em prontamente suplementar as companhias domésticas que estavam operando internacionalmente, e da garantia da estabilização dos projetos de infraestrutura do BRI continuassem mesmo após o surto da covid-19, podem ser exemplos que indicam um aumento de 2% do PIB no ano de 2020, valor baixo para os indicadores chineses, mas valores superiores perante o restante do mundo, apesar dos países da Ásia em sua maioria apresentar um declínio no PIB.

Outra resposta rápida do governo Chinês para garantia dos investimentos e principalmente da liquidez das empresas chinesas na pandemia foi a decisão do Banco de Desenvolvimento da China cortar drasticamente os seus juros, aumentar a carência sobre o início do pagamento dos empréstimos, acelerar o processo de aprovação das linhas de crédito especiais e por fim garantir a liquidez das empresas, seja facilitando pacotes de financiamento e ainda garantindo serviços de câmbio para moeda estrangeira para as empresas envolvidas em operações internacionais (TANG, 2020).

O intenso investimento chinês de aproximadamente 4.7% do PIB (IMF e STATISTA, 2021) em medidas fiscais discricionárias foram implementadas em 2020, a começar com gastos de prevenção e controle da pandemia, estímulo à produção de equipamentos médicos como respiradores e equipamentos de segurança pessoal médica, seguido pelos maiores gastos com isenções fiscais para empresas e contribuições para a previdência social, e medidas de pagamento de seguro desemprego para as funções mais afetadas. No gráfico a seguir veremos a evolução do Produto Interno Bruto da China, a partir do ano de 2015 ao ano de 2021. O ano de 2021 é considerado ainda uma previsão, tendo em vista, que os dados utilizados neste gráfico são de abril de 2021.

Gráfico 5 - Produto Interno Bruto da China 2015 - 2021



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, April 2021.

No entanto, dois pontos se destacam no cenário chinês: (i) o primeiro sendo o fato de que, em comparação com outros países, os gastos com % do PIB em estímulo ao combate ao covid-19 foram muito menores que outros países do BRICS, como por exemplo, o Brasil com

12% e a Índia com 8.6% (FMI e STATISTA, 2021). Isto se deve muito ao fato de que a China pode impor mais facilmente restrições de tráfego local e intermunicipal no país, com uma quarentena de bairro a bairro, ou cidade a cidade, ao mesmo tempo em que impõe quarentena total nas áreas mais afetadas de 2 semanas até 3 meses, como aconteceu em Wuhan. A possibilidade de proibir a volta de trabalhadores dos grandes centros para as áreas rurais, assim como de relevar condições drásticas e em muitos casos análogas a escravidão, como de trabalhadores essenciais em quarentena em seus locais de trabalho, como as indústrias metalúrgicas do cinturão do aço chinês, que permitiram que a indústria metalúrgica chinesa não parasse suas fornalhas e que, a demanda muitas vezes artificial interna, mantivesse o setor protegido (FENG, 2020). O que demonstrou - de forma antiética ao pôr em risco e a exaustão milhares de metalúrgicos chineses -, o sucesso enorme no aumento da parcela de mercado do aço chinês, que passou de 45% para 57% no mercado mundial, assim como um aumento para 53% do consumo interno do aço chinês, o que demonstra que, enquanto o mundo diminuiu sua produção de aço com a paralisação das suas atividades e função de lockdown ou baixa demanda - a América do Norte diminuiu em 15% sua produção de aço, assim como a União Europeia com 16% comparando com 2019 (Deloitte, 2021). A China pôde manter e aumentar sua produção através da demanda artificial - financiada pelo governo - e as previsibilidades trabalhistas que permitiram situações de exceção para trabalho análogo¹⁰ ao escravo em meio aos bloqueios de quarentena chinês, que impediram trabalhadores migrantes de voltarem para suas regiões centrais na Ásia e forçaram a trabalharem além do horário para cumprir cotas de produção¹¹.

O segundo ponto é a característica dos pacotes de estímulo à população, no caso chinês, sendo centrada nos benefícios às empresas, e não com cheques de estímulo como podemos ver comumente em países ocidentais. Os pacotes de estímulo, como já falado, vieram das reduções de impostos sobre previdência privada e estímulo direto de investimento para setores

¹⁰ Trabalho análogo ao escravo pode ser caracterizado De acordo com o artigo 149 do Código Penal brasileiro, são elementos que caracterizam o trabalho análogo ao de escravo: condições degradantes de trabalho (incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais coloquem em risco a saúde e a vida do trabalhador), jornada exaustiva (em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta a danos à sua saúde ou risco de vida), trabalho forçado (manter a pessoa no serviço através de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas) e servidão por dívida (fazer o trabalhador contrair ilegalmente um débito e prendê-lo a ele). Os elementos podem vir juntos ou isoladamente.

¹¹ Estas informações foram amplamente divulgadas por órgãos de vigilância do trabalho e direitos humanos, e um dos compilados de fontes (em mandarim) pode ser conferido neste link: <https://www.business-humanrights.org/fr/derni%C3%A8res-actualit%C3%A9s/tajikistan-chinese-workers-at-metals-plant-stage-protest-in-demand-to-be-allowed-to-travel-home/>

estratégicos, como o do aço, no valor de 500 bilhões de dólares. No entanto, uma característica essencial do socialismo de mercado chinês, é de que as empresas estatais contribuem por 30% do seu PIB, o que permitiu que o governo absorvesse os déficits dos resultados das empresas estatais através de intensos investimentos diretos, ao tempo que o governo chinês obriga essas empresas estratégicas a contratarem desempregados afetados pela pandemia, especialmente universitários e ex-soldados, o que caracterizou a China como um país totalmente atípico no resultado econômico do PIB e taxa de desemprego em relação aos outros países do BRICS (XIAOCHEN, 2021).

No gráfico a seguir veremos a evolução da Taxa de Desemprego da China, a partir do ano de 2015 ao ano de 2021¹².



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, April 2021.

Analisando a linha temporal do PIB chinês, vemos que o impacto do COVID-19 foi muito menor, na economia chinesa, que a crise financeira de 2008. Isto pode se dar pela maior robustez da economia chinesa, pelo rápido controle da pandemia, mas principalmente pela habilidade de movimentar o seu próprio setor financeiro para estimular a produção chinesa a continuar operando em meio à covid, ao tempo que o mundo diminuiu drasticamente sua produção. Isto resultou numa diferença característica da média mundial que declinou -3,4% PIB, apesar de a China conseguir aumentar o seu PIB em 2,3% (FMI, 2021).

¹² Os dados do ano de 2021 são uma previsão

Este é um resultado surpreendente, apesar do sacrifício da meta de crescimento para 2020 e a China aceitar o menor crescimento em uma década, vemos que os estímulos econômicos foram importantes para suavizar o impacto da Covid, mas não mais que as Políticas Internas e Externas, que analisando um contexto global de pandemia, conseguiu implementar restrições internas para controle do vírus mais cedo e por isso, conseguiu um resultado econômico positivo aliado à pouquíssimos casos de infecção e mortes em comparação com a média global - estáveis desde abril de 2020 em 5 mil mortes, de acordo com os dashboards Organização Mundial da Saúde - o que permitiu também uma maior flexibilidade política e monetária para investir em suas ações de política externa (TANG, 2020).

No gráfico a seguir veremos a evolução do Balanço de Pagamentos da China, a partir do ano de 2015 ao ano de 2021¹³.

Gráfico 7 - Balanço de Pagamentos da China 2015 - 2021



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, April 2021.

Apesar de investimentos estrangeiros na China e no Belt and Road Initiative (BRI), a demanda por exportação de serviços tende a não retornar em 2021 e não tão recentemente aos níveis pré-pandemia da COVID 19 - apesar de já demonstrarem níveis de diminuição na África e na América Latina. Resultado de criticismo internacional à China que, em resposta, anunciou a renegociação de empréstimos nos projetos de desenvolvimento de infraestrutura nos países

¹³ s dados do ano de 2021 são uma previsão

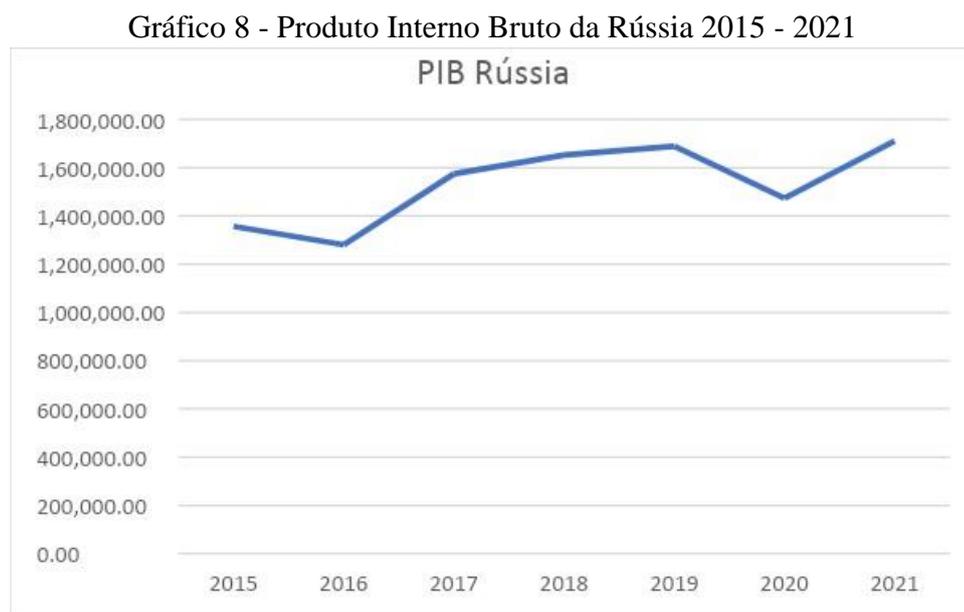
em desenvolvimento e assinou, junto ao G20, a Suspensão dos serviços da Dívida e declarou, em menções oficiais, acordos de suspensão da dívida dos empréstimos sem juros para o desenvolvimento dos países africanos, demonstrando a enorme capacidade econômica da China em bancar prejuízos na pandemia para fortalecer sua agenda externa em diversos países africanos onde as parcerias são estreitas (TURNER; LE GRANGE; NKGADIMA, 2021).

4.2 RÚSSIA

O cenário do PIB Russo em 2020 no meio da pandemia foi afetado principalmente pela queda drástica nos preços do petróleo e outros hidrocarbonetos que são a espinha dorsal da economia russa. Outro ponto de grande impacto econômico foi a indústria de transformação militar e aeronáutica que viu sua receita despencar, enquanto que o mundo não só retraía seus gastos militares com equipamentos, mas a indústria de aviação comercial também sofria como um dos setores mais impactados, sendo também uma das razões para receber um estímulo financeiro específico de 300 (trezentos) milhões de dólares (ALPERET, 2021).

Comprometendo somente 4.5% do seu PIB para o pacote de estímulo econômico de amenização dos efeitos da pandemia (FMI, 2021; eSTATISTA). São valores similares à porcentagem de gastos da China, no entanto com resultados bem diferentes, como veremos.

No gráfico a seguir veremos a evolução do Produto Interno Bruto da Rússia, a partir do ano de 2015 ao ano de 2021¹⁴.



¹⁴ s dados do ano de 2021 são uma previsão

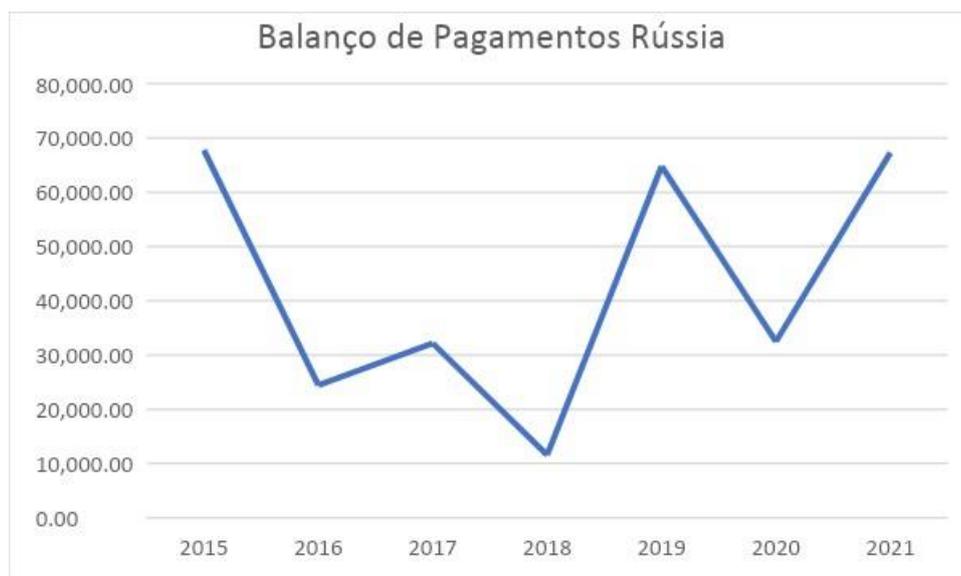
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Abril 2021.

Analisando o histórico do PIB Russo dos últimos 5 anos, e da previsão para 2021, vemos que as conturbações internas e principalmente externas, com as sanções da União Europeia e Estados Unidos após a crise da Criméia com início em 2014 afetaram drasticamente a economia com resultado no PIB russo nestes 5 anos, em especial 2015 e 2016. A recuperação econômica vinda principalmente impulsionada pela alta do preço dos hidrocarbonetos em 2017 e 2018, refletidas no superávit da balança de pagamentos russa, sofreu severo choque quando, do início da pandemia e da diminuição do consumo de energia industrial em 2020 que refletiu novamente no decréscimo do PIB russo.

A recuperação econômica projetada para 2021, impulsionada pelo reaquecimento das economias internacionais e especialmente do consumo industrial de hidrocarbonetos com a reabertura de diversas indústrias que estavam paradas na União Europeia, pode trazer os resultados econômicos que tangenciem as negativas da retirada das sanções econômicas que perduram desde 2014 com o impasse russo internacional devido à crise da Criméia¹⁵.

No gráfico a seguir veremos a evolução do Balanço de Pagamentos da Rússia, a partir do ano de 2015 ao ano de 2021¹⁶.

Gráfico 9 - Balanço de Pagamentos da Rússia 2015 - 2021



¹⁵ De forma breve, a crise internacional da Criméia teve início em 23 de fevereiro de 2014, em meio à deposição do presidente ucraniano Viktor Yanukovich, tropas russas ultrapassaram a fronteira ucraniana da Criméia e ocuparam o território, que gerou um impasse internacional minado a sanções da União Europeia e Estados Unidos e resistência através de tropas ucranianas e paramilitares ucranianas nas fronteiras com a Rússia que perdura até o fechamento desta pesquisa, em 2021. ¹⁶ s dados do ano de 2021 são uma previsão.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, April 2021.

A abordagem russa para a organização do combate à COVID-19 foi uma resposta descentralizada, de forma regional, permitindo que os estados Russos impusessem suas próprias regras de lockdown. No mesmo sentido, o redirecionamento das verbas de 66,4 bilhões de dólares do segundo pacote de estímulo, foi dado ao controle dos governos regionais para melhor distribuir entre medidas de proteção do bem-estar social, empréstimos e estímulos diretos para pequenas e médias empresas (ALPERET, 2021).

O uso de 69,7 bilhões de dólares do fundo de soberania nacional (o fundo superavitário das receitas do petróleo), foi destinado para compensar a renda com cheques de 67 dólares por família com filhos nos primeiros meses da pandemia, assim como garantir o pagamento do seguro desemprego do grande influxo de desempregados afetados pela pandemia, e pôr fim do pagamento de um estímulo direto as empresas, de compensação salarial de 160 dólares por funcionário nos setores mais afetados, caso mantivesse 90% da força de trabalho pré-pandemia, similar ao pacote brasileiro da suspensão dos contratos de trabalho (BLOOMBERG, 2020).

Apesar destas medidas, o desemprego na Rússia cresceu quase 2% na pandemia e fechou o ano de 2020 em 6,3%, o maior em 8 anos, demonstrando um rápido crescimento do desemprego em todas as regiões exceto o Distrito Federal do Extremo Oriente Russo (RUSSIA ECONOMIC REPORT, 2020). Além de, ter uma demografia menor e melhora administrada regionalmente no combate a covid-19, o fato de ter a sua economia dependente de minerais para a indústria - principalmente exportados para a Ásia - e minerais raros, não impactados pela queda de demanda mundial, permitiram um relativo crescimento econômico, diferente do resto do país, por não haver impedimentos para exportação e troca com os parceiros asiáticos, principalmente China e Coreia do Sul, o que demonstra mais um impacto gigantesco sobre como a Política Externa e a Política de Sanções Norte Americana e Europeia tem sobre os resultados econômicos da Rússia, especialmente o setor industrial, localizado no lado europeu da Rússia.

A respeito dos estímulos financeiros, ficou evidente no caso russo a falta de um sistema sólido de segurança social, como por exemplo, o brasileiro, que vá além da segurança previdenciária e possa manter um cadastro ativo da população, pois, de acordo com o Banco Mundial, a falta de um sistema sólido impede uma resposta adequada para quando há choques no sistema, a exemplo do fracasso da distribuição dos estímulos na pandemia do COVID 19.

Portanto, vemos aqui como a Política Externa da Rússia impactou diretamente nas suas ações de combate a covid e nos resultados económicos das suas ações. Portanto, podemos diferenciar duas características marcantes da Rússia diferente dos outros países do Brics na Pandemia: (i) O Isolamento externo, e (ii) Austeridade Fiscal (RUSSIA ECONOMIC REPORT, 2020).

O isolamento externo da Rússia (i) é resultado primeiramente das interferências políticas na Ucrânia e a situação na Criméia, que culminaram com as sanções econômicas de 2014 dos Estados Unidos, Canadá e União Europeia de comércio, empréstimos e parcerias de negócios. Estas sanções foram por demasiada acirrada em 2020, no período mais crítico da pandemia, que prejudicaram não só o escoamento da produção industrial russa, mas também da compra e venda de material médico e vacinal (como a SPUTINIK V). No campo financeiro, a impossibilidade de empréstimos internacionais da Rússia por instituições financeiras da América do Norte e União Europeia foi um fator decisivo para a austeridade fiscal Russa na pandemia. Como já falado, a pressão das pequenas receitas de exportação do setor energético de hidrocarbonetos, a volatilidade dos mercados financeiros e o aumento da incerteza geopolítica, (isolamento externo, a evasão de divisas e a depreciação monetária russa¹⁶ foram fatores culminantes da austeridade fiscal russa (ii) foi a segunda característica marcante da ação russa na pandemia. A começar pelo consistente aumento da inflação que, é preciso ressaltar, ficou dentro da expectativa do mecanismo de controle de inflação russo, de acordo com o ministério de finanças russo. A pressão das pequenas receitas de exportação do setor energético de hidrocarbonetos, a volatilidade dos mercados financeiros e o aumento da incerteza geopolítica (RUSSIA ECONOMIC REPORT, 2020).

A dificuldade Russa em adquirir moedas estrangeiras, dado também seu isolamento externo, limitavam as ações de uso das suas reservas monetárias e a limitação de um valor modesto do PIB para combater a pandemia, enquanto que o mundo ocidental realizava uma política expansionista de gastos. O valor pequeno do estímulo direto de 67 dólares por família com filhos, ou do gasto de 160 dólares para manter funcionários empregados, é incomparável com o valor do estímulo financeiro na União Europeia, o que gerou ressentimento interno da população. A insatisfação interna foi também inflamada pela decisão política do governo russo de não usar largamente as reservas monetárias russas para os pacotes de auxílio, em especial o

¹⁶ Apesar de preocupante, a inflação russa no período de 2020 ficou dentro da margem readequada de metas de inflação do ministério de finanças russo, como explicado no relatório do Banco Mundial de 2021. Cabe ainda notar que o aumento acirrado da inflação começa em 2021 com o acirramento da crise da covid na Rússia, mas que não trataremos neste trabalho em razão de fugir do nosso escopo temporal.

fundo de Estabilização Nacional Russo - que é um fundo de reserva fruto dos depósitos de superávit do petróleo, para ser usado em tempos de crise -, mas que teve limitado uso na pandemia da Covid-19 (RUSSIA ECONOMIC REPORT, 2020).

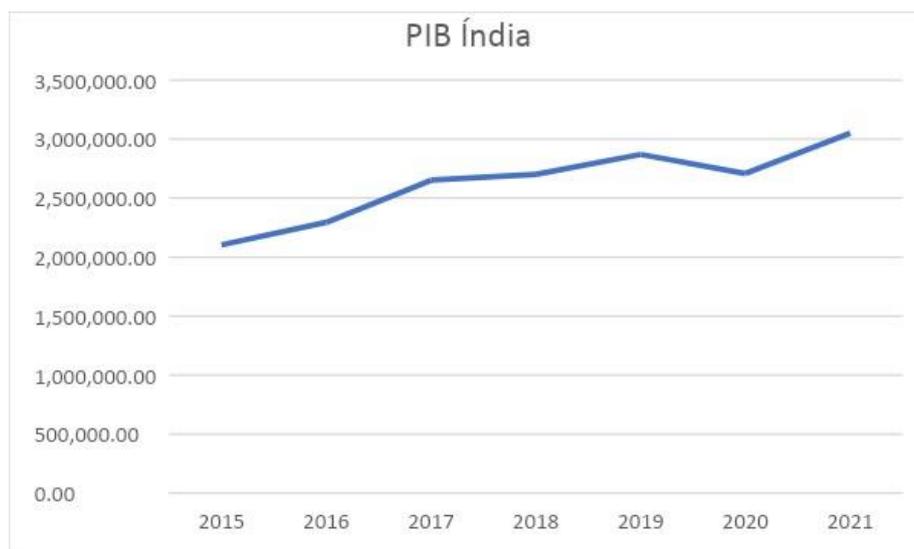
Portanto, o limitado uso deve-se ao fato relutante do governo de Putin de liquidar suas reservas com medo do aprofundamento das sanções ou eclosão de uma crise maior que a Covid19, dada a instabilidade geopolítica, fato concomitante com o seu isolamento externo que previnem o governo de buscar auxílio monetário nos países ocidentais.

4.3 ÍNDIA

A República da Índia teve um dos piores anos em 2020 em relação ao fracasso na contenção do vírus, especialmente na segunda onda, no enorme dispêndio monetário do pacote de estímulo que não se converteu em sucesso econômico, pois a Índia teve uma retração de 8.1% do seu PIB em 2020, aliado a tensões geopolíticas e a indiferença frente à tentativa de liderança da Índia frente a uma cooperação global contra a Covid 19 (INDIAN EXPRESS, 2020).

No gráfico a seguir veremos a evolução do Produto Interno Bruto da Índia, a partir do ano de 2015 ao ano de 2021¹⁷.

Gráfico 10 - Produto Interno Bruto da Índia 2015 - 2021



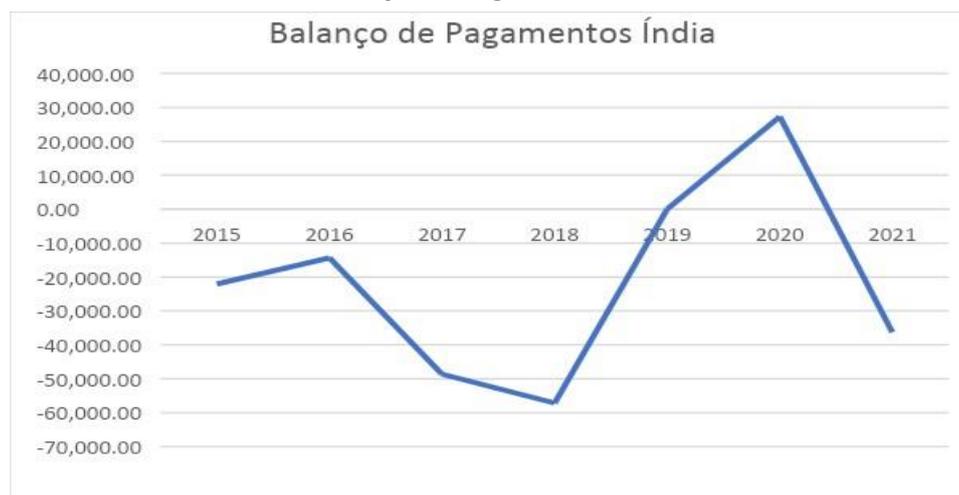
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, April 2021.

¹⁷ Os dados do ano de 2021 são uma previsão.

Analisando o histórico do crescimento do PIB indiano, que vem em uma constante crescente vertiginosa nos últimos 5 anos devido ao desenvolvimento de um mercado interno mais estabilizado e a expansão do mercado de tecnologia e serviços do país, consolidado no mercado internacional com uma mão de obra qualificada e barata. Apesar da queda característica do crescimento na pandemia, com uma retração de 8.1% do PIB, a Índia tem, como veremos na análise, uma das maiores taxas mundiais de retomada de crescimento do PIB. Isso se deve a superação da pandemia, do reaquecimento geral de um país de tamanho continental e população gigantesca, sendo a segunda maior do mundo, e também dada ao fato da expansão dos serviços, especialmente de terceirização dos serviços tecnológicos e administrativos¹⁸ que são alguns dos motores do reaquecimento econômico, apesar de estarem ainda severamente impactados como podemos ver pelo decréscimo vertiginoso da balança de pagamentos em 2020, especialmente com o desaquecimento da economia mundial na pandemia, os superávits dos serviços são o que sustentam a balança de pagamentos da Índia que, em 2020, teve um dos piores resultados com um déficit histórico de 157 bilhões em produtos e devido a impasses com a China, a baixa taxa de investimentos estrangeiros em 2020 e 2021, como reportados pelo Banco Central da Índia (BANCO CENTRAL DA INDIA, 2021).

No gráfico a seguir veremos a evolução do Balanço de Pagamentos da Índia, a partir do ano de 2015 ao ano de 2021¹⁹.

Gráfico 11 - Balanço de Pagamentos da Índia 2015 - 2021



¹⁸ É muito característico o “outsourcing” de serviços administrativos, como de telemarketing, e tecnológicos, como de programação, de países estrangeiros para a Índia, que possui uma mão de obra especializada e barata, com empresas consolidadas no ramo, que possuem facilidade de comunicação através do Inglês.

¹⁹ Os dados do ano de 2021 são uma previsão.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, April 2021.

Conforme o gráfico acima, no que se refere à dinâmica do crescimento, a Índia busca resistir aos impactos da crise econômica de 2008 e dos efeitos que perduraram pela década de 2010. O que este gráfico revela são baixos resultados e um déficit considerável da balança de pagamentos que, após uma reversão mais profunda entre 2015 e 2016, os resultados negativos melhoram um pouco, mas voltam a piorar em 2017. Essa a partir de 2018, passa a crescer e se torna positiva em 2019 em função principalmente, com o cenário da pandemia, volta a apresentar valores negativos.

As ações de combate ao coronavírus foram centralizadas no governo central que, apesar do primeiro sucesso de um lockdown impositivo de 21 dias logo no início da pandemia, não conseguiu implementar com sucesso o seu sistema de controle infeccional por residência e a assistência básica de saúde em domicílio, em grande parte pela falta de recursos administrativos e tecnológicos. Logo após o levantamento do lockdown, e o auxílio governamental para facilitar a volta a região de origem dos trabalhadores migrantes da própria Índia, o descumprimento dos protocolos da Covid-19 se tornou característico do cenário pandêmico indiano e em especial a decisão política, do primeiro ministro Narendra Modi de anunciar publicamente sucessivas vezes a vitória sobre a pandemia e levar a liberação de aglomerações partidárias e comemorações religiosas²⁰, encorajar a população a ir às ruas e ignorar os protocolos da Covid 19, em um efeito de causa e ação no número de infecções, característico da pandemia indiana de sucessivas ondas de infecção seguido por lockdowns. (INDIA TODAY, 2021).²¹

Uma das características mais notórias do pacote de estímulo e destoante dos outros países do BRICS foi o pequeno valor per capita destinado às mulheres chefes de família, na Índia, na forma de um pacote de estímulo em forma de distribuição de grãos em centros de distribuição governamentais, em torno de 5 kg por família, ao invés de repasse monetário direto para as contas das famílias, nos 3 meses mais críticos da pandemia. Ademais, o governo indiano viabilizou principalmente a modalidade de estímulo via isenção fiscal para 13 setores impactados, inclusive agricultura, crédito e empréstimos financeiros para pequenas e médias

²⁰ Narendra Modi e Jair Bolsonaro dividem, além da base conservadora e religiosa, atuações semelhantes na pandemia a respeito do incentivo a aglomerações religiosas e partidárias no descumprimento dos protocolos de distanciamento, apesar de as esferas do governo federal delimitarem e defenderem o distanciamento social.

²¹ O primeiro ministro Narendra Modi - conservador e de base eleitoral fortemente hindu - viabilizou a realização do maior festival religioso do país, o Khumb Mela no primeiro trimestre de 2021, o que levou a mais mortal onda indiana de COVID-19.

empresas, ao tempo que viabilizou diretamente investimento direto em infraestrutura ou colchão de reserva para empresas grandes de setores estratégicos, como o de energia (PRADEEP TANEJA; AZAD SINGH BALI, 2021).

O modelo de estímulo econômico para covid-19 na Índia, portanto ficou conhecido como o Estresse do lado da Cadeia de Oferta, pois quase a totalidade dos 133 bilhões de dólares do pacote de estímulo econômico foi voltado para empréstimos a tarifas baixas ou isentas para os setores de produtos de consumo interno, como agricultura e comércio, ou para produtos específicos de exportação dos setores estratégicos, ignorando setores extremamente impactados como o de serviços e de turismo (FMI 2021).

Caracterizado como um modelo de estímulo focado em expansão do crédito, Às micro, pequenas e médias empresas, responsáveis por 25% da empregabilidade nacional e 32% da contribuição do PIB e 45% das exportações, apesar do pacote de empréstimos de 40 bilhões de dólares sem necessidade de prover garantias, incorre no problema de não ter o acesso ao crédito na ponta ou de não poder usufruir das taxas isentas providas pelo governo, pois, as agências financeiras indianas não dão suporte para estender os empréstimos caso necessário, o que é imperativo para o sucesso do programa dada a incapacidade das pequenas e micro empresas de pagar salários e custos fixos, como aluguel, durante o período de lockdown e restrições (INDIA DEVELOPMENT, 2020).

No lado do desemprego, o lockdown de março de 2020 e as posteriores restrições da covid-19 impuseram grande peso sobre a massa de desempregados que aumento, em 2020, em 13.2 milhões de pessoas que não conseguiram recuperar seus empregos na pandemia (INDIA DEVELOPMENT, 2020).

No campo da Política externa, a Índia buscou se mostrar como um mobilizador e líder de uma cooperação mundial em torno do desenvolvimento de vacinas e de uma ação coordenada global, especialmente entre os países do G20, para impedir a disseminação do vírus logo nos primeiros meses de 2020. No entanto, não houve sucesso, ao tempo que o crescimento de casos disparava na Índia e demonstrava dificuldades de conter o vírus em casa e de controlar o desastre econômico, precisando focar seu esforço numa resposta internamente, a comunidade internacional fez o mesmo. A tentativa de colaboração internacional, capitaneada pela Índia - mesmo com a tentativa de cooperação através de consórcio de vacinas como AstraZeneca e

Covaxin -, então perdeu momentum, e se viu frustrada ao tempo que o governo Indiano impunha sanções para venda externa de vacinas e insumos de vacina²² em resposta a pressões internas.

Por fim, apesar de meras semanas de oferecimento de ajuda internacional à China, o governo indiano viu o acirramento de tensões fronteiriças com a China com a escaramuça de Ladakh, no Himalaia, que começou em 5 de maio de 2020 e já deixou dezenas de mortos em ambos os lados, sendo mais um grande impedimento a parcerias internacionais, especialmente com o BRICS, mas que demonstram avanço no apaziguamento das tensões no meio do ano de 2021. É importante notar que a crise de Ladakh não impediu a realização de duas reuniões do BRICS em 2021 sediadas pela Índia, em meio ainda ao impasse geopolítico, pois a posição dos outros membros da cúpula é de não interferência no conflito bilateral (ALJAZEERA, 2021).

4.4 BRASIL

O Brasil teve um dos piores casos globais de infecção e morte por Covid, atingindo a infeliz marca de 500mil mortes por Covid 19 na metade de 2021 (AGENCIA BRASIL, 2021), com o segundo maior número de mortes totais em setembro de 2021 e configurando como o maior número de vítimas dentre os países do BRICS, até setembro de 2021²³ (OMS 2021), o que destacou o país negativamente no cenário internacional. Há também que se notar a resistência do governo federal, encabeçado pelo presidente Jair Bolsonaro, em primeiro admitir a gravidade da crise, por constantes declarações minimizando a letalidade do vírus, assim como em segundo a falta de uma ação coordenada pelo governo federal, que no primeiro semestre da crise pandêmica, mudou 3 ministros da saúde e, além do auxílio emergencial - que foi pressionado e aprovado pelo congresso-, não criou ações diretas do combate ao coronavírus, sendo somente ferramenta de ação das propostas originárias do congresso – PRONAMPE e Auxílio Emergencial - e medidas já implementadas por sindicatos e federações como o Programa Bem, que foi copiado pelo governo federal através da medida provisória 936 de 2021 (GOVERNO DO BRASIL, 2021).

Foi o regime federativo, característico da democracia brasileira, que permitiu ao Brasil maior controle através de ações estaduais para aplicar maiores restrições e lockdowns - em claro

²² Inclusive frustrando uma missão brasileira que foi a Índia buscar 2 milhões de doses do imunizante da Fabricante Astra-Zeneca: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/publicidade-na-remessa-das-vacinas-atrapalhounegociacao-com-india/>

²³ Cabe lembrar que o cenário pandêmico da COVID-19 ainda não foi superado até o fechamento desta pesquisa, portanto, há a possibilidade de até o fim da pandemia países do BRICS ultrapassarem o número total de vítimas ou até mesmo no comparativo por população, configurando um cenário pandêmico pior que o brasileiro.

conflito com o governo federal - e de distribuir investimentos em setores estratégicos a partir do orçamento de guerra, como por exemplo, o investimento no desenvolvimento da vacina brasileira (Coronavac) pelo governo de São Paulo e, o governo do Rio Grande do Sul, que através de incentivos fiscais e investimentos direto, assim como um programa de recuperação fiscal que injetou dinheiro diretamente no setor agropecuário, afetado pela estiagem forte em 2020 que havia gerado uma “crise dentro de uma outra crise”, esta última a do coronavírus, que também afetou fortemente o estado do Rio Grande do Sul (GOVERNO DO BRASIL, 2021),

No entanto, o insucesso das medidas restritivas dos protocolos estaduais vieram principalmente da incapacidade dos governos de autuar criminalmente os descumpridores da quarentena - não existe dispositivo legal para multar ou punir criminalmente; de fiscalizar, dada a limitação tecnológica e administrativa das forças de saúde; o esgotamento das forças de segurança em manter a ordem; e pôr fim, do incentivo do presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores em descumprir as medidas de restrição e protocolos de segurança do Covid, como o uso de máscara e restrições de limite de público em certos espaços ²⁴.

Das ações do governo federal, o PRONAMPE, programa de acesso ao crédito facilitado com juros fixos e limitados à taxa SELIC mais despesas com trâmites financeiros para as empresas grandes de setores estratégicos e impactados pela covid-19, teve a distribuição de crédito em primeira rodada no valor de 6,56 bilhões de dólares em 2020 (GOVERNO DO BRASIL, 2021).

A facilitação burocrática do PRONAMPE através de acesso eletrônico e facilitado, diminuindo drasticamente a exigência de uma série de comprovações e documentos negativos; as facilitações para abertura e fechamento de empresas, assim como as taxas fixadas por uma SELIC artificialmente menor em 2020²⁵ devido às políticas de baixa de juros do Banco Central foram muito bem vindas pelos setores do comércio e turismo, muito impactados pelos fechamentos. No entanto, a falta de direcionamento e controle do governo federal sobre as agências financeiras de ponta, e principalmente pela possibilidade do PRONAMPE ser acessado e intermediado por agências de crédito não estatais e, por isso, não controladas pelo governo, permitiu com que pequenas e micro empresas tivessem dificuldade de acessar os

²⁴ Neste documento pode se relembra 50 momentos em que o presidente Bolsonaro minimizou a pandemia da COVID-19 ou falou contra medidas de distanciamento social e protocolos de segurança, como uso de máscaras até março de 2021. Link para acesso: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-quebolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>

²⁵ Artificialmente menor em 2020 pois, a política macroeconômica girou em torno de manter as taxas de juros baixas para estimular empréstimos, investimentos e abertura de empresas, apesar de a crise econômica e a política do tripé macroeconômico indicarem a necessidade de aumentar a taxa de juros SELIC para, entre alguns motivos, conter a inflação.

empréstimos do PRONAMPE com juros realmente atrativos de SELIC com taxas que não chegassem a 10% ao ano, o que não foi o que aconteceu na ponta, onde agências de crédito menores estavam chegando a taxas de 16% a 17% ao ano com os créditos do PRONAMPE (GOVERNO DO BRASIL, 2021).

Isto gerou grande insatisfação nos setores mais impactados pela Covid e principalmente em pequenos e micro negócios que ao não terem não substanciais isenções fiscais, tiveram que se contentar com o PRONAMPE e o Programa Bem como únicos meios de sustentação nos períodos de fechamento, queda de demanda, e escassez de materiais e alta vertiginosa nos preços dos aluguéis imobiliários sustentados pela alta descolada do IGPM da inflação (GOVERNO DO BRASIL, 2021).

Medidas de emergência foram incluídas no “orçamento de guerra” de 2020, não restritos pelo teto de gastos e a lei de responsabilidade fiscal brasileira. Dentro do orçamento de guerra veremos os gastos com a expansão do orçamento para a área da saúde, auxílio emergencial, adiantamento do 13º salário dos pensionistas do INSS, expansão do programa do Bolsa Família em 1 milhão de novos beneficiários, e as políticas de crédito que, como no PRONAMPE, chegaram a até 1% do PIB (FMI 2021).

No gráfico a seguir veremos a evolução do Produto Interno Bruto do Brasil, a partir do ano de 2015 ao ano de 2021²⁶.

Gráfico 12 - Produto Interno Bruto do Brasil 2015 - 2021

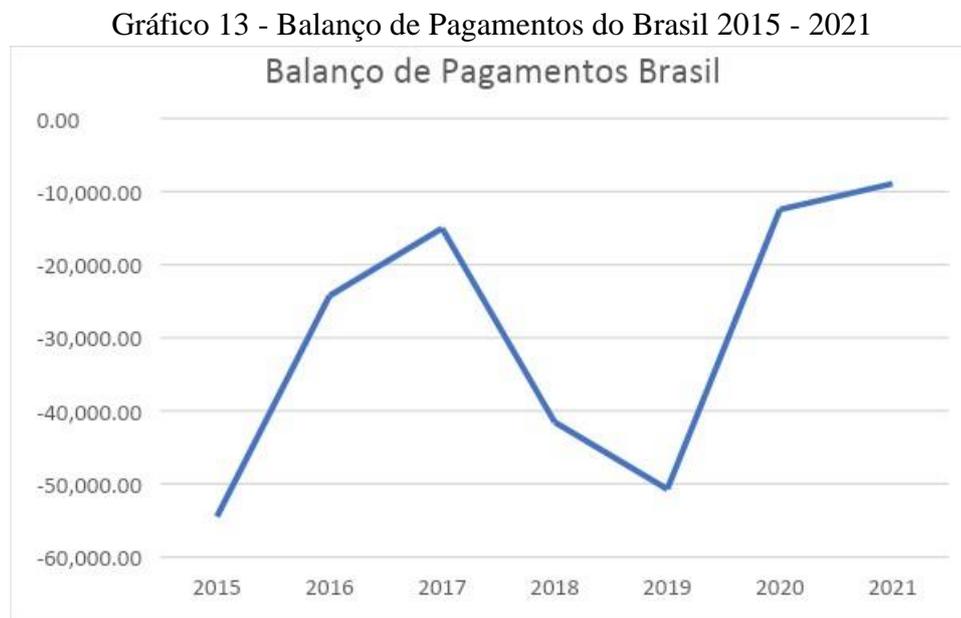


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, April 2021.

²⁶ Os dados do ano de 2021 são uma previsão.

Ao analisarmos o histórico dos últimos 5 anos do PIB brasileiro, podemos ver que vindo de um conturbado cenário político-econômico em 2015, enfrentamos uma não rara estagnação no período histórico, com baixo crescimento além dos períodos de 2016. No entanto, a pandemia nos trouxe o encrudescimento deste cenário que, vindo de uma grandiosa diminuição da taxa de juros desde 2016, em 2020 artificialmente o governo ao manter a taxa de juros SELIC a baixíssimos 2,25% em julho de 2020 na tentativa de estimular o empreendedorismo e a atividade econômica, permitiu o disparo da inflação e da taxa de câmbio, fazendo com que 2020 e 2021 projetados vivessem um período de grande “estagflação”²⁷.

No gráfico a seguir veremos a evolução do Balanço de Pagamentos do Brasil, a partir do ano de 2015 ao ano de 2021²⁶.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, April 2021.

Para contrabalancear no orçamento os enormes gastos com as políticas de amenização da pandemia, vemos a necessidade do Brasil em forçar o superávit das commodities para buscar um resultado positivo na Balança de Pagamentos na pandemia, apesar de não realizado e ainda termos um saldo negativo em 2020, a ascensão da curva na pandemia demonstram os

²⁷ A “estagflação” ocorre em um país quando se tem a combinação de estagnação econômica e aumento da inflação. Esse cenário é agravado pelo aumento no número de demissões, cenário característico do Brasil na pandemia. Quando perdura por muito tempo, pode ter consequências bastante ruins para a economia. ²⁶ Os dados do ano de 2021 são uma previsão.

resultados do esforço do governo nesta política de amenizar o peso dos custos da balança de pagamentos brasileira historicamente negativa.

Aliado aos péssimos resultados da taxa de desemprego no país nos últimos 5 anos, aprofundados pela pandemia, fica claro que as dificuldades expressas nos resultados aqui mostrados e projetados e não surpreendem quando, na recuperação da economia mundial reaquecida pela retomada das atividades, levantamento dos lockdowns e superação da pandemia, o Brasil projeta baixo índice de crescimento em 2021 se comparado com a média mundial e os países do BRICS.

O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (BEM) em 2020 foi um programa que permitiu a suspensão subsidiada pelo governo das jornadas de trabalho de 25%, 50%, 75% e 100%, dos trabalhadores afetados pela pandemia, com valor máximo de até R\$ 1.912,00 reais ou U\$ 339,14 dólares por mês, a partir de abril de 2020 e indo até o primeiro trimestre de 2021, beneficiando 3 milhões de trabalhadores e custando, em 2020, 6 bilhões de dólares (GOVERNO DO BRASIL, 2021).

Por fim, o último estímulo e o mais custoso, veio através do programa de Auxílio Emergencial. Ele foi criado em abril de 2020 e pago em cinco parcelas de 106 dólares ou 212²⁸ dólares para mães chefes de família monoparental, e após o período de 5 meses, estendido até 31 de dezembro de 2020 com outras quatro parcelas cada de metade do valor. Cabe notar que, micro e pequenos empreendedores dos setores afetados pelo fechamento na pandemia também tiveram direito de receber o benefício, 1 por família, desde que não tendo tido renda superior no ano ao valor do teto funcionalismo ²⁹ ou patrimônio superior a 53 mil dólares ³⁰.

Ao entrarmos no ano de 2021, vemos a prorrogação do programa com a redução de ¼ do valor das primeiras parcelas de abril, tendo sido discutido se o programa do auxílio emergencial deve ser convertido em política permanente de suplementação do Bolsa Família ou de outro programa, como o proposto auxílio Brasil.

Observou-se que a política fiscal do Brasil em isenções fiscais foi mínima, além da isenção para produtos médicos da linha de frente de combate ao coronavírus como oxigênio e vacinas, e estímulo a diminuição do ICMS para o setor de transporte, não houve significativa isenção fiscal como visto em outros países (Governo do Brasil, 2021). É de se notar, no entanto, que o banco central baixando a taxa de juros SELIC para históricos 2% em agosto de 2020,

²⁸ Cotação do dólar de outubro de 2021 onde 1 real brasileiro equivale a 0,18 centavos de dólar.

²⁹ R\$ 28.559,70 em 2019

³⁰ Ou R\$ 300.000,00

mostra a decisão do governo em tentar impulsionar a economia via crédito (FMI 2021). No entanto, medidas para o aumento da liquidez para absorver essa demanda do sistema financeiro foram tomadas através do uso das reservas financeiras internacionais (em torno de 30 bilhões de dólares em abril de acordo com o banco central)³¹ e o aumento galopante da inflação.

A inflação de 10% do índice do IPCA em 2020 e 33% do IGPM foi acompanhado de uma depreciação acentuada do real em relação ao dólar com depreciação de 40% entre fevereiro (pré pandemia) e dezembro de 2020, e tem se mantido extremamente volátil até o último trimestre de 2021. A preocupação do Banco Central é evidente e já interveio diversas vezes, tanto com vendas à vista quanto com contratos de derivativos, por um total de 44,5 bilhões de dólares (FMI 2021).

A política Externa brasileira na pandemia poderia ter sido usada para ampliar sua esfera de influência regional na América do Sul para ações conjuntas de combate à pandemia e controle de fronteiras para impedir a disseminação do contágio, ou no âmbito internacional, exportando o modelo do Sistema único de Saúde para países em desenvolvimento, especialmente na América do Sul e África, assim como usar de plataformas globais como fóruns econômicos mundiais para se aproximar de países em desenvolvimento através da defesa de quebra de patente de vacinas e remédios, como já aconteceu com a defesa dos genéricos e da parceria Brasil e Índia.

No entanto, pelo perfil belicoso do presidente Jair Bolsonaro e do seu então ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo (2019-2020), criou-se uma esfera de distanciamento regional, com a América do Sul, e com o BRICS, através dos embates e discursos antagonistas a China, que, aliado aos péssimos resultados do combate à pandemia no Brasil, um isolacionismo internacional do Brasil no combate a pandemia do COVID-19 apesar da tentativa de governadores de aproximação internacional, especialmente com países produtores de vacina, a exemplo das missões diplomáticas do governador de São Paulo, João Dória, a China, Alemanha e Estados Unidos.

4.5 ÁFRICA DO SUL

A África do Sul teve seu primeiro caso confirmado de covid-19 em 5 de março de 2020. Logo após, o governo declarou um estado de emergência que, mesmo em setembro de 2021,

³¹ Notório salientar que o uso das reservas internacionais vinha sendo usadas extensivamente desde 2019. Sendo que ao final de outubro, as reservas internacionais já chegavam a valores maiores que aqueles antes da pandemia. Fonte Dashboard banco Central: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reservasinternacionais>

continua em vigor. No período mais intenso do lockdown, do dia 27 de março - registrada primeira morte no país por covid-19 - até o dia 15 de abril, o lockdown foi total, com um fechamento dos aeroportos, fechamento de escolas, e permissão de abertura somente dos serviços de transporte, bancário, alimentação e setor médico (REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL, 2020).

No entanto, vemos já ao longo de 2020, em período similar ao brasileiro, o abrandamento das medidas de restrição com a possibilidade de reabertura de negócios não essenciais no início de junho de 2020, junto com o levantamento das proibições de voos comerciais, e reabertura gradual e híbrida das escolas e universidades. Este é um fato relevante, pois, apesar do surgimento de variantes novas dentro da própria África do Sul ao tempo que em julho a África do Sul sofreu seu primeiro pico de 3 ondas de contaminação acentuadas. Cabe notar que a África do Sul foi um dos poucos países do mundo a banir o consumo de álcool e tabaco durante os períodos de lockdown, sendo que ainda permanece a proibição da venda de tabaco a constar em setembro de 2021.

A África do Sul se viu forçada a levantar a quase totalidade de restrições ao impor o sistema mais brando de contingenciamento dos países do BRICS em novembro de 2020, ao ver uma segunda onda de contágio surgir logo em dezembro e implicar uma volta aos protocolos de lockdown, com fechamento dos setores não essenciais e impedimento de reuniões e eventos sociais. As medidas restritivas da África do Sul podem então ser caracterizadas por períodos de flexibilização dos protocolos de restrição, seguido por ondas e picos de contágio, que consequentemente geraram a volta de medidas mais restritivas dos protocolos por 21 a 30 dias, num claro processo de causa e efeito (TURNER; LE GRANGE; NKGADIMA, 2021).

Os gastos com o estímulo sul africano precisaram ser acomodados através do aumento da dívida pública. A relação débito para PIB da África do Sul é estimada em 78.8% no ano fiscal de 2020, de acordo com o Banco Mundial, com juros de 4.9% do seu PIB. É característico ver que o aumento da dívida externa Sul africana, que chegou a ¼ do seu PIB também em 2020, e pelo baixo desempenho dos pacotes de estímulo em servir de colchão de impacto econômico e reaquecer a economia. A dívida externa tem impactos diretos na necessidade de agradar politicamente seus maiores parceiros comerciais, EUA e China - países que melhores resultados do que esperado em 2020 e estão aquecendo o mercado de commodities -, na busca de elevados superávits da sua balança de pagamentos - que diferente dos últimos 5 anos foi deficitária - para conseguir superar também outro problema endêmico Sul Africano: a falta de reservas monetárias em moedas estrangeiras (BANCO MUNDIAL, 2021).

Econômica e Politicamente há uma clara diferença entre o pacote de estímulos anunciado no início da pandemia pelo verdadeiro pacote de estímulos implementado, até o final de 2020, pelo governo Sul Africano. A começar pelos gastos totais, que foram de aproximadamente 27 bilhões de dólares projetados, ou 10% do PIB nacional, para efetivos 17,25 bilhões de dólares aplicados até o final de 2020 (BANCO MUNDIAL, 2021).

A prioridade também fica clara sobre também como é organizada a economia sul africana. Há um claro aumento da participação dos repasses em auxílio financeiro direto para as famílias, com um valor de 23 dólares por mês por pessoa desempregada, e seguro desemprego, em detrimento das políticas de alívio fiscal e principalmente de empréstimos para pequenas e médias empresas (BANCO MUNDIAL, 2021).

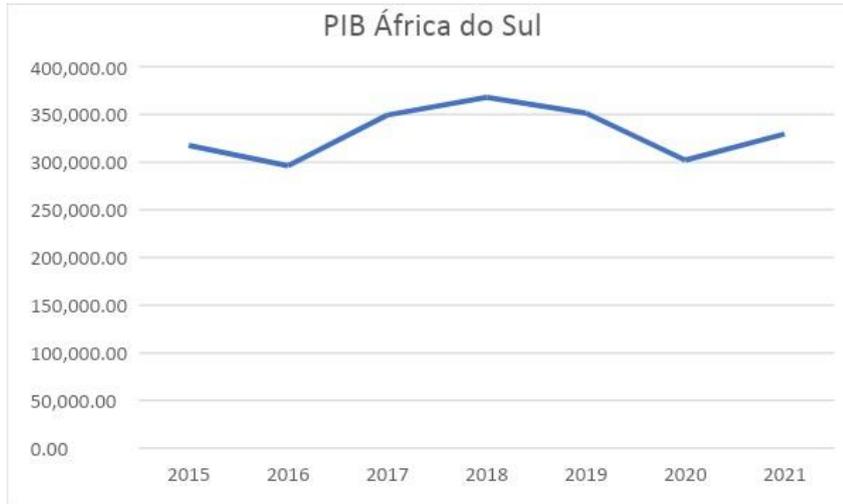
Além da diminuição de 13 bilhões de dólares previstos para 1.3bilhões no programa de empréstimo para pequenas e médias empresas, a não facilitação de cadastro e *compliance* para a retirada destes empréstimos demonstraram a falta de interesse do governo com as pequenas e médias empresas. Um exemplo característico deste problema foi, além das dificuldades burocráticas de dezena de documentos e registros a apresentar, a necessidade de a companhia ser 100% controlada por cidadãos sul-africanos e ter 70% dos seus empregados também cidadãos sul africanos, o que é uma problemática para o país que é ponto forte de influxo de trabalho migratório de outros do continente africano.

A África do Sul emerge da crise do covid-19 economicamente enfraquecida, evidente na diminuição de 7% do seu PIB em 2020 (BANCO MUNDIAL, 2021). E na necessidade de forçar um superávit da balança de pagamentos para compensar o aumento estrondoso da dívida pública do país, e expôs o problema econômico estrutural da dívida externa e do mercado de trabalho, que progressivamente vem piorando desde a crise de 2008, demonstrando uma necessidade acelerada de reformas da sua estrutura econômica voltada ao desenvolvimento do próprio mercado interno.

No gráfico a seguir veremos a evolução do Produto Interno Bruto da África do Sul, a partir do ano de 2015 ao ano de 2021³².

Gráfico 14 - Produto Interno Bruto da África do Sul 2015 - 2021

³² Os dados do ano de 2021 são uma previsão.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Abril 2021.

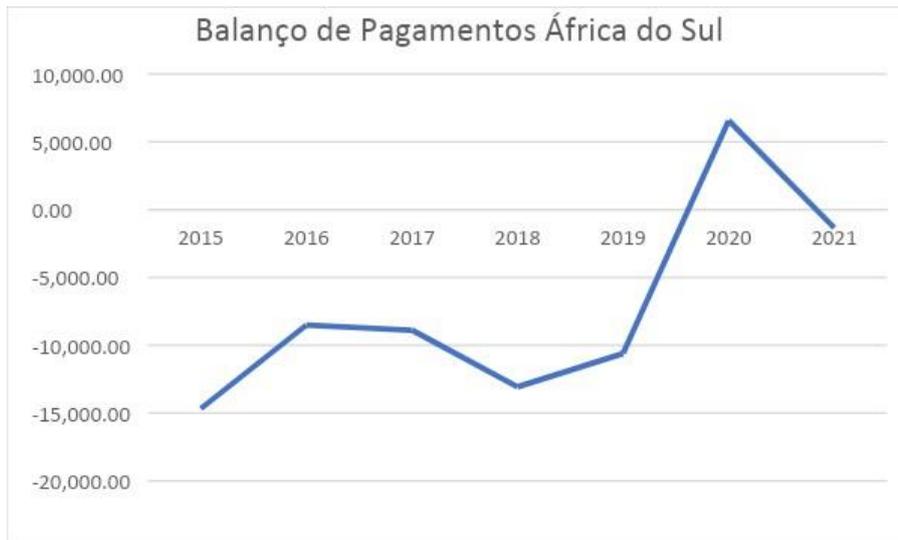
O histórico do PIB da África do Sul reflete o cenário histórico de instabilidade econômica, impulsionada primariamente pelas receitas da exportação de commodities minerais e do setor financeiro, com momentos de crescimento e decréscimo característicos de um país dependente dos resultados de commodities devido à instabilidade histórica do preço destes produtos. Desde 2018 vemos momentos de decréscimo impulsionados pela retração de investimentos externos e instabilidade política com a transição de poder e escândalos de corrupção do antigo presidente Jacob Zuma.

A balança de pagamentos da África do Sul sempre foi extremamente deficitária em serviços. Com uma política de taxa de câmbio que desvalorizou a moeda nacional para desestimular a importação de serviços e promover maior aquecimento do mercado interno que teve moderado sucesso em 2019, vemos o decréscimo vertiginoso para um índice negativo durante a pandemia quando, o balanço das commodities minerais, em um mercado industrial mundial desaquecido, não foi suficiente para manter por mais de 1 ano a balança de pagamentos num índice positivo.

No gráfico a seguir veremos a evolução do Balanço de Pagamentos da África do Sul, a partir do ano de 2015 ao ano de 2021³³.

Gráfico 15 - Balanço de Pagamentos da África do Sul 2015 - 2021

³³ Os dados do ano de 2021 são uma previsão.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Abril 2021.

Entende-se que jovens empreendedores e pequenas empresas deveriam ser as maiores esperanças de solução do problema do mercado de trabalho, pois o trabalhador autônomo na África do Sul representa somente 10% de todos os trabalhos, enquanto que no Brasil e México essa parcela representa até 30%. No entanto, a falta de políticas de incentivo, dificuldade para firmar as empresas e conseguir empréstimos, como demonstrado pela decisão política do governo sul africano em cortar o apoio às pequenas empresas do pacote de estímulo, demonstram a pouca chance de reaquecimento do mercado de trabalho em 2021, que demonstra ao fim de 2020, um decréscimo de 1.5 milhões de pessoas empregadas e a perda de 10% a 15% do poder de compra dos salários (BANCO MUNDIAL, 2021).

A política externa sul africana pós-apartheid sempre foi centrada na cooperação do continente africano. E desta tentativa, capitaneada pela África do Sul, a ONU emitiu documento suplicando o cessar fogo dos conflitos ainda presentes no ano de 2020 na África para dar total foco aos esforços de combate a COVID-19 (LE PERE, 2020). Neste mesmo sentido, a África do Sul buscou liderar um processo de união econômica e reforço de protocolos nos outros países africanos (THE GREAT RESET, 2021) o que não demonstrou sucesso, ao tempo que os outros países do continente ao não terem recursos suficientes para aplicar medidas restritivas para a COVID-19 ou dado seu isolamento externo, sofrem pouco com a contaminação até a metade do ano de 2020, fazendo a África do Sul perder o momento de uma união africana contra a Covid ao passo que focava seus próprios esforços internamente no combate a primeira onda de covid no país.

4.6 BREVE ANÁLISE COMPARADA DO BRICS

Neste momento, se fará uso da análise macroeconômica para explicar, através de exemplificação das ações tomadas pelos países, quais foram os sucessos e insucessos até o momento diante da economia.

Em primeiro lugar, nota-se que o fato de as economias de mercado russa e chinesa, com grandes semelhanças sobre a grande parcela de participação de empresas estatais no PIB nacional, assim como do grande controle estatal sobre a economia, teve resultados tão diferentes economicamente. Pode-se argumentar que no caso russo, a parcela de 4.5% do PIB foi insuficiente para garantir a sobrevivência de pequenos e médios negócios e proteger setores essenciais, no entanto, é um valor muito similar à porcentagem destinada pela China para o seu pacote de estímulo econômico, que configurou em 4.7% do PIB chinês. Fica claro que além da diferença do insucesso das políticas de controle de disseminação do vírus em comparação com a China e que impactam drasticamente nos resultados econômicos de consumo interno, a diferença marcante vem da dependência Rússia dos resultados do mercado de hidrocarbonetos em declínio, enquanto que a China pode manter seu polo industrial ativo e expandir sobre mercados que, apesar de esfriados de demanda, estavam ainda mais deficitários de oferta, conforme apresentado anteriormente.

Por fim, cabe nesta análise comparativa entre Rússia e China, enaltecer o poder impactante das ações e resultados da Política Externa de ambos os países, que na pandemia, ficaram ainda mais explícitos: Enquanto que a expansão do *One Belt, One Road* Chinês permitiu manter seu polo industrial ativo, ao tempo que o fortalecimento de relações na África e Europa fortaleceram ofertas de demanda industrial chinesa, a Rússia sofreu drasticamente com o isolamento internacional e em especial com a União Europeia, seu maior parceiro comercial, e que além de ter em aplicado sanções econômicas desde 2014 conjuntamente com os Estados Unidos, endureceram ainda mais as sanções de tráfego na pandemia da COVID-19 além de reforçar a permanência das sanções de comércio, o que se mostrou um fator de profundo impacto econômico e político, também social, como a restrição ao reconhecimento da SPUTINIK V como imunizante seguro da Covid-19 (RUSSIA ECONOMIC REPORT, 2020).

Analisando os estímulos profundos de incentivo direto às famílias do Brasil e da África do Sul, ambos os países que focaram fortemente seus esforços em dar poder de compra para as famílias mais pobres e afetadas pela pandemia e estimular a demanda interna, teve seus moderados sucessos. Apesar dos argumentos de observadores internacionais sobre o baixo valor destinado para as famílias, há de se contra-argumentar que a alta porcentagem do PIB para os

programas de distribuição de renda evidenciam o alto empenho se comparado com outros países do BRICS ou em desenvolvimento. Contudo, o sucesso de uma política de distribuição de renda é dependente do seu impacto e do tempo pré-determinado, em ambos os casos, de 1 ano. No entanto, o que diferencia ambos os países é o fato de que uma política de distribuição de renda precisa estar associada a uma política de empregabilidade e garantia de emprego, que no caso brasileiro teve sucesso através do programa BEM, enquanto que o sucesso dos incentivos aos autônomos, pequenas e médias empresas para garantia da empregabilidade dos seus funcionários foi quase que inexistente no caso sul africano (REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL, 2020).

Comparando o sucesso das medidas restritivas e de lockdown, podemos ver uma clara semelhança entre discursos e ações minimização do efeito da pandemia com o aumento de casos de contágio e ondas, como no caso de Jair Bolsonaro com aglomerações, eventos e desincentivo ao uso de máscara e obediência aos protocolos, ou no caso de Narendra Modi na Índia, com o incentivo às aglomerações e festividades religiosas em dezembro de 2020 e início de 2021. Cabe notar aqui que ambos são governantes conservadores que se apoiam numa base de influência religiosa. Por fim, vemos os insucessos da África do Sul e Rússia em controlar a pandemia não tanto por falta de vontade política, pois ambos os países tiveram políticas restritivas muito mais sólidas que Brasil e Índia, mas em parte pela desorganização do governo central nas políticas de implementação, assim como o esgotamento econômico e cultural de medidas restritivas, conforme se percebe nas análises anteriores.

Do ponto de vista de Política Externa, vemos que apesar da tendência global de maior protecionismo econômico e prioridade de ações internas, o isolacionismo internacional teve um grande impacto no sucesso, ou no caso dos países do BRICS, o insucesso do combate a pandemia, seja por autodeterminação em se isolar como Brasil e Índia (num segundo momento), seja por fatores externos como da Rússia e África do Sul. Este isolamento foi decisivo, por exemplo, na compra e nos consórcios de vacina, ou ainda com impacto no resultado econômico destes países em 2020.

Pode se comparar as diferentes características e modelos dos pacotes de estímulo aplicado pelos países, tendo, por exemplo:

O Brasil focado fortemente num auxílio emergencial direto e programa de sustentação da empregabilidade (BEM), mesmo em períodos de lockdown; China com investimento direto em projetos de infraestrutura e preservação artificial de demanda industrial de setores estratégicos, como do aço, sem investir diretamente em auxílio emergencial às famílias dada a

superação rápida do cenário pandêmico; A Índia com seu pacote de estresse do lado da Oferta que, estimulou através de isenção fiscal 13 setores de principal foco de demanda de consumo interno, ao tempo que centralizava sobre a esfera do governo federal a distribuição de grãos como auxílio direto às famílias; África do Sul com um auxílio direto às pessoas afetadas pelo desemprego em razão da pandemia e isenções fiscais, com pouquíssimo auxílio ao acesso ao crédito para pequenas e médias empresas; e a Rússia, caracterizada principalmente pela Austeridade Fiscal, distribuiu seu pacote de estímulos de forma pulverizada para os distritos administrativos regionais que ficaram obrigados a investir em saúde e repassar, através de isenções fiscais para pequenas empresas ou auxílio direto às famílias (GOVERNO DO BRASIL, 2021).

Portanto, pode-se concluir através desta análise comparativa dos pacotes de estímulo que, apesar do Brasil gastar 12% do seu PIB em pacotes de estímulo e combate ao coronavírus: seguido por África do Sul 10%; Índia 8.6%; China 4.7% e Rússia 4.5%, aliados a um isolacionismo internacional por fatores estratégicos e conjunturais, o péssimo desempenho das economias do BRICS através da análise comparativa do desempenho do crescimento do PIB em 2020 e o evidente impacto direto sobre a taxa de desemprego dos países, que se refletiu em taxas negativas de crescimento em 2020 como da Índia -8%; África do Sul -7.0; Brasil, -4.1% e Rússia -3.1; com exceção da China que através de um controle social rígido, conseguiu superar a pandemia logo no segundo semestre de 2020, e não cresceu mais em 2020 devido à queda geral de demanda internacional (INTERNATIONAL MONETARY FUND, WORLD ECONOMIC OUTLOOK DATABASE, APRIL 2021).

5. CONCLUSÃO

Este estudo buscou realizar um levantamento político e econômico que possa servir como fonte para análise e revisão do cenário dos países do BRICS no contexto da Covid-19. Para isso, foi realizado o mapeamento dos dados macroeconômicos do BRICS, assim como descrever a política externa dos países do BRICS no ano de 2020, além de, identificar as mudanças que ocorreram nos dados macroeconômicos e nas diretrizes da política externa do BRICS e os seus possíveis impactos. Foi realizada a análise de dados secundários com caráter quantitativo, proporcionando, assim, uma discussão qualitativa sobre as mudanças e possíveis impactos que a Covid-19 nos países. Considerando um caráter descritivo a esse estudo, que consistiu na tentativa de descrever a razão e efeitos econômicos.

O BRICS como instituição teve tentativas de campanha de solidariedade internacional, não houve ação política real de coordenação do BRICS ou integrada entre os países do bloco, como por exemplo, um consórcio conjunto na compra e produção de vacinas como defendido na carta de Delhi 2021. A única ação, que até mesmo pode ser considerada como costumeira, foi intermediada pelo banco dos BRICS em empréstimos para garantia de pagamento de equipe médica na Rússia e na África do Sul.

Diante da gestão da pandemia, usando de artifícios políticos e econômicos, pode-se contestar que a gestão da pandemia foi singular em cada país dos BRICS. Enquanto que a China e Índia impuseram verdadeiros *lockdowns* com restrições de trânsito real em certos períodos, enquanto que Brasil, África do Sul e Rússia impuseram protocolos sanitários e fechamento de setores não essenciais somente. A diferenciação de modelos de pacote de estímulo teve resultados diversos, como já explicados, e cada país priorizou setores diferentes, como por exemplo, a China nos incentivos e investimento para proteção do seu polo industrial, enquanto que Brasil decidiu investir em distribuição de renda e auxílio para pequenas e médias empresas do Comércio, Bens e serviços, e atestam que sim, não houve somente decisões macroeconômicas que direcionaram os modelos e as quantidades dos pacotes de estímulo, mas também decisões de cunho político como a Rússia aplicando austeridade fiscal dada instabilidade geopolítica da sua região.

A comunidade internacional se viu cada vez mais isolada com a pandemia, o que abriu oportunidade de países como Índia e China usarem das suas esferas de influência e de seus polos industriais, a notar-se o de saúde através de vacinas, para barganhar ganhos de influência, como por exemplo, a aproximação do governo de São Paulo com a China. Ao mesmo tempo,

os péssimos resultados econômicos e o isolamento internacional de Rússia, Brasil e África do Sul dado a instabilidades geopolíticas, problemas internos e de imagem, exaltam a necessidade da África do Sul de buscar superávit da sua balança de pagamentos com China e Estados Unidos, aprofundando sua relação de dependência econômica após um ano de abrupto aumento da sua dívida externa.

Partindo do pressuposto de que a todos os países tomaram ações de expansionismo de crédito, e auxílio emergencial, adaptados a sua própria conjuntura. Vemos a diferença dos sucessos e insucessos alcançados nos BRICS: Falta de cooperação internacional entre países do BRICS; amplitude das ações de auxílio emergencial; resultado comparativo entre os países de suas ações de Transferência de renda (auxílio emergencial e auxílio para empresas); crédito facilitado para empresas, destino, e quantidade de dinheiro injetado no programa; e possibilidade de postergação ou abono de pagamento de impostos ou juros de moratória;

Não é possível fazer uma análise somente comparando através das métricas das ações de estímulo com gasto de porcentagem do PIB sobre crescimento em 2020, pois poderíamos ser levados à errônea conclusão de que a Rússia que, através de uma austeridade fiscal tremenda, teve um menor impacto sobre seu PIB que o Brasil e a Índia por exemplo. É importante destacar então que as ações de estímulo, análise da política externa, precisam ser acompanhadas de uma análise interna sobre as medidas restritivas do funcionamento de setores não essenciais e verdadeiros lockdowns para compor uma imagem real dos sucessos das políticas, pois se pode argumentar que as taxas de contágio não podem ser consideradas arbitrárias. Contudo, analisando a recuperação econômica pelos próximos cinco anos após a superação da pandemia, teremos uma melhor imagem sobre a relação causa e efeito dos resultados das ações de estímulo sobre o resultado econômico sobre o PIB.

O principal limite dessa pesquisa foi temporal, para poder avaliar se as políticas tiveram sucesso ou não, dado que o tema é recente e ainda estamos vivendo sobre os efeitos. As políticas de estímulo e os resultados sobre o PIB precisam ser avaliados também após a pandemia, com um período digamos de 5 anos. Pois, por exemplo, o mundo irá crescer em 2021 muito mais do que o previsto em função do hiato produtivo resultado da COVID em 2019. As dificuldades vieram da análise de política externa dada o isolamento global sobre o assunto e as poucas ações de política externa resultado da falta de recursos e desinteresse político, ou da falta de fontes abertas sobre as tratativas de ações que, infrutíferas, permanecem em sigilo.

REFERÊNCIAS

AGENCIA BRASIL. Brasil registra mais de 500 mil mortes por Covid-19. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-06/brasil-registra-mais-de-500-milmortos-por-covid-19>

ALPERET, Gabe. International COVID-19 Stimulus and Relief. Disponível em: <https://www.investopedia.com/government-stimulus-and-relief-efforts-to-fight-the-covid-19crisis-5113980>

ALJAZEERA. India and China army talks border tensions Ladakh. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/10/11/india-china-army-talks-border-tensions-ladakh>

BANCO MUNDIAL. Building Back Better From COVID19. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/35987/Building-Back-Betterfrom-COVID-19-with-a-Special-Focus-on-Jobs.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

BAUMANN, Renato et al. Brics: estudos e documentos. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2015.

BAUMANN, Renato; MOREIRA, Heloiza C. Os incentivos às exportações brasileiras de produtos manufaturados – 1969/85. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.17, n.2, p.471-490, 1987.

BANCO CENTRAL DA ÍNDIA; Disponível em: https://www.rbi.org.in/Scripts/BS_PressReleaseDisplay.aspx?prid=51820

BLOOMBERG. COVID Pandemic Putin Reluctant. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-11-06/covid-pandemic-putin-reluctant-withstimulus-despite-russia-s-reserves>.

BORELLI, Patrícia. Política Externa Brasileira, O politize, janeiro 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/politica-externa-brasileira-principios-historia/>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

BRIC Policy Center. Uma Agenda para os BRIC. 2010. Rio de Janeiro, BRIC Policy Center.

BROOKINGS. The Great Reset: Relaunching African economies. 2021. Disponível em: https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2021/01/foresightafrica2021_chapter1.pdf

BUSS, Paulo Marchiori; TOBAR, Sebastián. La COVID-19 y las oportunidades de cooperación internacional en salud. Cad. Saúde Pública. Vol. 36, n. 4, e00066920, 2020.

_____. De pandemias, desenvolvimento e multilateralismo. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/40774>.

CAMPOS, André S. A dimensão global da política externa indiana. Observatório dos BRICS do NEEGI – Núcleo de Estudos Estratégicos, Geopolítica e Integração – da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), 2016. Disponível em:

<https://observatoriodosbricsunila.wordpress.com/2016/04/26/a-dimensao-global-da-politicaexterna-indiana/>.

DELOITTE. Overview of the steel and iron ore market. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/ru/Documents/research-center/overview-ofthe-steel-and-iron-ore-market-2020.pdf>

DUQING, Chen. Política Exterior da China. IEA – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, p. 1-12, dezembro de 2012.

FEDER, Gershon. On Exports and Economic Growth. *Journal Development Economics*, v.12, p.59-73, 1982.

FENG, Emily. China's Economy Bounces Back As Pandemic Is Brought Under Control. Disponível em: <https://www.npr.org/2020/10/19/925251602/chinas-economy-bounces-back-as-pandemic-is-brought-under-control>

FIGUEIRA, Ariane. Introdução à Análise de Política Externa. São Paulo: Saraiva, 2011

FMI. Policy Response to COVID19. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Policy-Responses-to-COVID-19#C>

FONSECA JR, Gelson. BRICS: notas e questões. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2Rk4yjN>.

FONSECA, Carlos da. A Presença Empresarial Brasileira na América do Sul: Implicações para a Política Externa. *Cadernos de Política Exterior*, v.1, n.1, p.195-230, 2015.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, André Bojikian; BIANCARELLI, André Martins; CINTRA, Marcos Antonio Macedo (org). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014. p.2978.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; PAES, Lucas de Oliveira; CUNHA, André Moreira. The concept of emerging power in international politics and economy. *Brazilian Journal of Political Economy*, v.36, n.1, p.46-69, 2016.

FREIRE, Maria Raquel. A política externa russa no espaço Euro-Atlântico – Dinâmicas de cooperação e competição num espaço alargado, 2017. Capítulo I – A Evolução da Política Externa Russa, p. 29-55

GOVERNO DO BRASIL. Mais de três milhões de acordos entre trabalhadores e empresas. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2021/08/mais-de-tres-milhoes-de-acordos-entre-trabalhadores-e-empresas-foram-fechados-em-2021>

GOVERNO DO BRASIL. Benefício Emergencial. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/beneficio-emergencial-demanutencao-do-emprego-e-da-renda-bem-2021-comeca-a-ser-pago>

GOVERNO DO BRASIL. Isenção de ICMS. 2021. Disponível em:
<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/setembro/confaz-prorroga-ate-31-de-dezembro-a-isencao-de-icms-sobre-transporte-no-enfrentamento-a-pandemia>

HERZ, Monica; FLORENTINO, Lucas Perez; MIRANDA, Victor Costa Velho. A coordenação dos BRICS nos fóruns multilaterais. BRICS Policy Center–Policy Brief, 2012.

HOIRISCH, C. Brics na Covid-19 multilateralismo, capacidade tecnológica e colaboração em PD&I. In: BUSS, P.M., and FONSECA, L.E. eds. Diplomacia da saúde e Covid-19: reflexões a meio caminho [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19 Fiocruz; Editora FIOCRUZ, 2020, pp. 213- 230. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-029-0.
<https://doi.org/10.7476/9786557080290.0015>

_____. Respostas políticas, sanitárias, diplomáticas e econômicas do BRICS à COVID-19. 2020 Disponível em:
https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/46297/2/BRICS%20_INFORME.pdf

IBGE. Sistema de contas nacionais: Brasil 2018 / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101766>

INDIA DEVELOPMENT UPDAT 2020. Disponível em:
<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/34367/India-DevelopmentUpdate.pdf?sequence=5&isAllowed=y>

INDIA TODAY. Will fresh Covid stimulus package boost Indian economy? Here’s what economists say. 2021. Disponível em: <https://www.indiatoday.in/business/story/will-freshcovid-stimulus-package-boost-indian-economy-here-s-what-economists-say-1820726-202106-29>

INDIAN EXPRESS. Stress on supply-side in economic package while neglecting demand reveals flawed understanding of economies. 2020. Disponível em:
<https://indianexpress.com/article/opinion/columns/coronavirus-economic-relief-packagenirmala-sitharaman-pm-modi-6423005/>

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). Policy Responses to Covid-19. IMF, 2020.

LAMEIRAS, Leonardo Diniz. Convergências Entre O Realismo Neoclássico E Os Jogos De Dois Níveis Na Análise De Política Externa. Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2236-4811, Vol. 8 (1), 2017.

LE PERE, GARTH. COVID-19 and South Africa’s Foreign Policy. South African Institute of International Affairs, 2020, <http://www.jstor.org/stable/resrep25921>.

MATA, Henrique Tomé da Costa. Macroeconomia. - Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2018. 103 p.

MUÑOZ, Enara Echart. A cooperação sul-sul do Brasil com a África. Cad. CRH, Vol. 29, n.

76, p. 9-12, abr 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792016000100001>
 NEACK, Laura. The new foreign policy: complex interactions, competing interests. Plymouth: Rowman & Littlefield, 2014.

NEW DEVELOPMENT BANK. Policy on Fast-track Emergency Response to COVID-19. 2020. Disponível em: <https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2020/07/Policy-on-Fast-track-Emergency-Response-to-COVID-19.pdf>

NEW DEVELOPMENT BANK (NDB). New Development Bank Covid-19 Response Programme. NDB, 2020. Disponível em: <https://www.ndb.int/covid-19-response-programme/>
 NOGUEIRA, João Pontes. Os BRICS e as mudanças na ordem Internacional. IN de Sá Pimentel, José Vicente, ed. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

ODI Economic Pulse series. Pulse 1: Covid-19 and economic crisis – China’s recovery and international response. 2020. Disponível em:
https://cdn.odi.org/media/documents/odi_economic_pulse_1_v6.pdf

OMS. Tabela de dados e Dashboard de acompanhamento em tempo real e por histórico de casos por COVID-19 e mortes, em 24h e cumulativo. Disponível em:
<https://covid19.who.int/table>

O’NEILL, J. (2001). Building Better Global Economic Brics. Disponível em:
<http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/building-better-doc.pdf>. Acesso em 17/07/2011.

_____. South Africa as a BRIC. Investment Week, 6 jan. 2011. Disponível em:
 <<http://www.investmentweek.co.uk/investment-week/opinion/1935362/jim-oneill-southafrica-bric>>.

PRADEEP TANEJA & AZAD SINGH BALI (2021) India’s domestic and foreign policy responses to COVID-19, The Round Table, 110:1, 4661, DOI:
 10.1080/00358533.2021.1875685

PUTNAM, Robert D.. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2010, vol.18, n.36 [cited 2021-04-15], pp.147-174.
 Available from:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782010000200010&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-4478.

RAMOS, Leonardo César Souza, GRACIA, Ana Elisa Saggioro, PAUTASSO, Diego e RODRIGUES, Fernanda Cristina Ribeiro. Adensamento institucional e outreach: um breve balanço dos BRICS. Revista Carta Internacional, Belo Horizonte. V. 13, n. 3, 2018, p. 5-26.
 REIS, Solange. Pandemia acende debate sobre securitização da saúde. OPEU. Observatório Político dos Estados Unidos. 15 abr. 2020. Disponível em:
 <<https://www.opeu.org.br/2020/04/15/pandemia-acende-debate-sobre-securitizacao-dasaude/>>.

REPUBLICA DA ÁFRICA DO SUL. Disaster Management Act: Regulations to address, prevent and combat the spread of Coronavirus COVID-19: Amendment. 2020. Disponível em: <https://www.gov.za/documents/disaster-management-act-regulations-address-preventand-combat-spread-coronavirus-covid-19>

REPUBLICA DA ÁFRICA DO SUL. Social grants – Coronavirus COVID-19. Disponível em: [https://www.gov.za/covid-19/individuals-and-households/social-grants-coronaviruscovid-19#:~:text=Social%20Relief%20of%20Distress%20\(SRD\)%20grants&text=The%20Special%20COVID%2D19%20Social%20Relief%20of%20Distress%20amount%20is,there%20will%20be%20no%20backpay](https://www.gov.za/covid-19/individuals-and-households/social-grants-coronaviruscovid-19#:~:text=Social%20Relief%20of%20Distress%20(SRD)%20grants&text=The%20Special%20COVID%2D19%20Social%20Relief%20of%20Distress%20amount%20is,there%20will%20be%20no%20backpay)

RIZZI, Kamilla Raquel e SCHUTZ, Nathaly Xavier. Política Externa da Nova África do Sul: Reinserção e Afirmação Regional. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. V. 3, n. 5, Jan-Jun. 2014, p. 181-201

RUSSIA ECONOMIC REPORT. 2020. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/34950/Russia-EconomicReport-Russias-Economy-Loses-Momentum-Amidst-COVID-19-Resurgence-Awaits-Relieffrom-Vaccine.pdf?sequence=7&isAllowed=>

SALOMON, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. Revista Brasileira de Política Internacional, v.56, n.1, p.40-59, 2013.

SILVA, Thiago Costa. Os BRICS na política global - Um balanço de suas relações internacionais (2009-2019). Universidade de Brasília, 2019.

TANG, Frank. What stimulus measures did China use to combat the economic impact of the coronavirus?. 2020. Disponível em: <https://www.scmp.com/economy/chinaeconomy/article/3083268/china-coronavirus-stimulus-what-measures-have-been-used>

TURNER, K; LE GRANGE, K; NKGADIMA, R. TIMELINE : 10 months of Covid-19 in SA. 2021. Disponível em: <https://outline.com/JrU7GZ>

XIAOCHEN, Su. Why Isn't China's COVID-19 Stimulus Going Directly to Workers?. 2021. Disponível em: <https://thediplomat.com/2021/02/why-isnt-chinas-covid-19-stimulus-goingdirectly-to-workers>.